



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SÁVIO JOSÉ ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

O PAPEL DO IMPERIALISMO SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XX

Rio de Janeiro

2022

SÁVIO JOSÉ ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

O PAPEL DO IMPERIALISMO SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XX

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Ernesto Winter
Hughes León

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

048p Oliveira, Sávio José Alcântara de
 O papel do imperialismo sobre a formação
 socioeconômica do Brasil ao longo do século XX /
 Sávio José Alcântara de Oliveira. -- Rio de Janeiro,
 2022.
 67 f.

 Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes León.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
 de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

 1. Imperialismo. 2. Formação nacional. 3.
 Economia Brasileira. 4. Neoliberalismo. 5. Nação. I.
 León, Jaime Ernesto Winter Hughes , orient. II.
 Titulo.

SÁVIO JOSÉ ALCÂNTARA DE OLIVEIRA

O PAPEL DO IMPERIALISMO SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO
BRASIL AO LONGO DO SÉCULO XX

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 5/10/2022.

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN - Presidente
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

MARIA MELLO DE MALTA
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA
Professora Dra. do Instituto Três Rios da UFRRJ

Para todos os meus amigos e familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Débora e Emerson, que por vezes abdicaram da própria juventude para me fornecer a melhor qualidade de vida possível. Muito obrigado pelo amor, carinho e pela dedicação de sempre. Este suporte é o que me permite sonhar e continuar alçando voos cada vez mais altos.

Agradeço também à minha irmã mais nova, Carolina, a melhor companheira que eu poderia ter na vida. Te ensinar e aprender com você são minhas maiores inspirações para lutar por um mundo melhor e querer te engajar nestas lutas.

Também sou grato a todos os meus amigos e demais familiares, que me deram suporte ao longo de todos esses anos e seguem sendo fonte de renovação das minhas energias para cada novo desafio. Em especial, agradeço ao meu melhor amigo desde os meus três anos de idade, Gabriel Moraes, que mesmo com todas as dificuldades, esteve sempre ao meu lado e nunca me deixou desistir nem de mim mesmo, e nem dos meus objetivos. Também faço questão de agradecer nominalmente ao meu primo Caio, com quem sempre travei debates sobre os mais diversos temas sociais, políticos e econômicos. Nossas conversas foram fundamentais à elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, Jaime León, dedico especial agradecimento por ter sido fonte de inspiração e de interesse pelo tema da formação nacional e todo o debate acerca do mesmo. Sem seus ensinamentos, indicações e referências seria impossível explorar o tema do imperialismo com o cuidado e apreço necessários. Em extensão, agradeço a todos os membros do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia (LEMA) por enriquecerem meus conhecimentos.

Por último, agradeço ao centenário Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a todos os meus camaradas da União da Juventude Comunista (UJC). Nas reuniões e tarefas da militância, aprendi na prática muito dos conhecimentos empregados ao longo deste trabalho, cujo tema se inspira profundamente na linha política adotada por esta organização fundamental à luta dos trabalhadores no Brasil.

"Imperialismo y colonialismo son las dos anclas que mantienen frenado el universo, son el lastre que arrastra todavía la humanidad. [...] Quienes no comprendan eso, pues no comprenderán absolutamente nada más; quienes no comprendan eso, podrán ser fáciles víctimas de la confusión y del engaño". (Fidel Castro, 1961)

RESUMO

O conceito de imperialismo é fonte de diversas controvérsias, investigadas ao longo da história por diversos autores e militantes políticos que, desde o final do século XIX e início do século XX, buscam explicar o movimento de transformação do capitalismo que se iniciava naquele período. Neste sentido, o presente trabalho busca somar esforços ao debate acerca deste tema no Brasil, enfatizando o papel que o imperialismo exerce sobre a formação socioeconômica do capitalismo brasileiro ao longo do século XX. Para tanto, utiliza-se como fio condutor da pesquisa o instrumental teórico fornecido pela obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. A partir da mesma, conclui-se que o processo de formação nacional brasileiro resulta em uma estrutura econômica e social subdesenvolvida, no âmbito interno, e dependente, no externo. Isto é explicado através daquilo que Fernandes chama de dupla-articulação, característica própria do capitalismo brasileiro, desenvolvido e regido a partir dos interesses das classes dominantes locais (burguesias brasileiras), submissas às burguesias dos países hegemônicos, centrais no sistema capitalista. A continuidade da dominação burguesa e da submissão ao imperialismo é, neste contexto, o objetivo final do desenvolvimento capitalista brasileiro. Ao final do século XX, sob o padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista, as burguesias brasileiras passam a assimilar o receituário neoliberal prescrito pelas economias centrais, a fim de dar continuidade à sua dominação sobre o plano nacional, condicionada à submissão, no plano internacional. Entende-se, desta maneira, que o neoliberalismo é uma reconfiguração da dominação imperialista e que, portanto, o imperialismo é fundamental à trajetória da formação socioeconômica brasileira.

Palavras-chave: Imperialismo; Formação nacional; Neoliberalismo; Dupla articulação do capitalismo dependente; Economia brasileira.

ABSTRACT

The concept of imperialism is a source of several controversies, investigated throughout history by several scholars and political activists who, since the end of the 19th century and the beginning of the 20th, seeking to explain the capitalist transformation movement that began in that period. In this regard, this work seeks to add efforts to the debate on this topic in Brazil, emphasizing the role that imperialism plays over the Brazilian socioeconomic formation under capitalism throughout the 20th century. Therefore, the theoretical tools provided by the book *The bourgeois revolution in Brazil*, written by the Brazilian sociologist Florestan Fernandes, are used as the research's guidelines. Based on these guidelines, it follows that the process of Brazilian national formation results in an underdeveloped economic and social structure, internally, and dependent, externally. This is explained through what Fernandes calls double-articulation, a characteristic of Brazilian capitalism, which is developed and governed by the local dominant classes' (Brazilian bourgeoisies) interests, submissive to the bourgeoisies from capitalism's hegemonic and central countries. The continuity of bourgeois domination and submission to imperialism is, in that context, the ultimate goal of Brazilian capitalist development. At the end of the 20th century, under the monopolistic capitalism development pattern, the Brazilian bourgeoisies began to assimilate the neoliberal prescriptions from the central economies, in order to continue their internal domination, conditioned to submission, on the international level. Thus, it is understood that neoliberalism is a reconfiguration of imperialist domination and that, therefore, imperialism is a fundamental piece in the trajectory of Brazilian socioeconomic formation.

Keywords: Imperialism; National Formation; Neoliberalism; Double-articulated economy; Brazilian economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

AI-5 – Ato Institucional número cinco

ALN – Aliança Libertadora Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FS – Força Sindical

HPEB – História do Pensamento Econômico Brasileiro

LEMA – Laboratório de Estudos Marxistas

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização não governamental

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUS – Sistema Único de Saúde

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

URV – Unidade Real de Valor

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	UMA CONTROVÉRSIA ACERCA DO CONCEITO DE IMPERIALISMO E AS ORIGENS DO DEBATE	15
2.1	IMPERIALISMO ENQUANTO ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO: O SURGIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA NO CENTRO DO SISTEMA	16
2.2	A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ESCALA GLOBAL: DIÁLOGOS ENTRE ROSA LUXEMBURGO E LENIN	21
2.3	A CENTRALIDADE DA PERIFERIA: CONCLUSÕES SOBRE O PAPEL DO IMPERIALISMO SOBRE O MUNDO SUBDESENVOLVIDO	27
3	SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: O PAPEL DO IMPERIALISMO NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL MODERNO	29
3.1	BURGUESIA LOCAL E IMPERIALISMO: A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO À BRASILEIRA E A ARTICULAÇÃO EM PROL DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	29
3.1.1	<i>DA ECONOMIA NEOCOLONIAL AO CAPITALISMO MONOPOLISTA: A TRAJETÓRIA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL</i>	31
3.2	CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL: CONCLUSÕES SOBRE A EVOLUÇÃO QUALITATIVA DA DOMINAÇÃO IMPERIALISTA	43
4	A CONTROVÉRSIA DO REGIME AUTOCRÁTICO AO NEOLIBERALISMO: O IMPERIALISMO E A CONTINUIDADE DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	45
4.1	OS LIMITES DA OFENSIVA BURGUESA: REGIME CIVIL-MILITAR E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	46
4.2	A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: REDEMOCRATIZAÇÃO E OS RUMOS DO CAPITALISMO MONOPOLISTA BRASILEIRO APÓS 1985	50
4.2.1	<i>DA ECONOMIA NEOCOLONIAL AO CAPITALISMO MONOPOLISTA: A TRAJETÓRIA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL</i>	56
4.3	A CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL NEOLIBERAL E A RENOVAÇÃO DA DOMINAÇÃO IMPERIALISTA: CONCLUSÕES SOBRE O PERÍODO	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, este trabalho tinha como objetivo principal tratar da atuação do imperialismo sobre o Brasil atual, utilizando como base, para este fim, a conceituação do imperialismo sob a perspectiva marxista e a análise do papel do imperialismo sobre a formação do capitalismo brasileiro ao longo do século XX. Porém, durante o processo de pesquisa para sua elaboração, precisamente ao analisar as décadas finais do século XX, o movimento de ascensão do neoliberalismo no mundo e, particularmente, seus impactos sobre a formação socioeconômica brasileira, impuseram a necessidade de investigar este período de maneira mais precisa. Este esforço, aliado ao tempo limitado, resultou em uma alteração no recorte final desta monografia. Sob o novo recorte, que cobre todo o século XX – buscando alguma base em acontecimentos do século XIX – e se estende até o ano de 2002, já no início do século XXI, as particularidades do receituário neoliberal puderam ser analisadas de maneira mais profunda.

Diversos fatores, de naturezas distintas, funcionam como estruturantes de uma economia nacional e inserem esta economia nas relações do mercado capitalista mundial a partir de uma lógica específica. Desde o surgimento dos Estados-Nação, a partir do final do século XIV, as relações de domínio de uns estados sobre outros e sobre territórios colonizados, a partir da expansão europeia sobre África, América e Ásia no século XV, determinaram as diretrizes sobre as quais estes países e colônias seguiram seu processo de formação social e econômica sob a lógica mercantil e persistiram dentro da dinâmica capitalista. A partilha da África por exemplo, iniciada em 1885 e que se estendeu até a primeira Guerra Mundial, representou literalmente a pretensão de alguns países europeus e os EUA de partilhar e dominar o continente africano e simbolizou um novo marco deste processo sob o contexto de ascensão do capitalismo monopolista no centro do sistema: a consolidação do imperialismo (Hobsbawm, 2012 [1988]). Entende-se imperialismo, aqui, enquanto a forma particular de dominação internacional estabelecida a partir do advento do capitalismo monopolista. Uma vez que este padrão de desenvolvimento se estabelece nos países hegemônicos, suas formas de dominação sobre os demais territórios, periféricos a este centro hegemônico do capitalismo, evolui de forma qualitativa. Este fenômeno foi percebido e analisado, a partir do final do século XIX e início do século XX, sob fortes debates acerca das controvérsias próprias ao tema, abordadas por diversas correntes de pensamento político e econômico. Este fato demonstra a importância do conceito e sua eficácia em traduzir os

movimentos reais da dominação capitalista a partir deste período, que marca a evolução qualitativa desta dominação.

Desde as primeiras formulações sobre o tema, as controvérsias em torno do conceito de imperialismo serviram de base para diversas análises acadêmicas e não acadêmicas acerca da dependência e do subdesenvolvimento, características comuns à maior parte das economias da periferia capitalista. Entender o imperialismo em suas formas históricas e o papel que cada uma de suas expressões exercem sobre a formação das sociedades capitalistas modernas é, desta maneira, pré-requisito para que se possa formular uma análise crítica acerca das movimentações históricas do capitalismo global, determinantes para definir as estruturas sociais e econômicas de um país como o Brasil, inserido no contexto da América Latina, integrante da periferia do sistema capitalista. É justamente neste esforço que este trabalho se insere; a partir das reflexões e análises aqui contidas, pretende-se tratar do conceito de imperialismo sob uma perspectiva atual, apropriando-se das contribuições dos autores que o fundamentam e investigando sua aplicação na análise da formação socioeconômica brasileira ao longo do século XX.

O ponto de partida são as controvérsias acerca do conceito de imperialismo sob as formulações de Lenin (1917) e Rosa Luxemburgo (1913), que serão trabalhados de maneira complementar ao longo do primeiro capítulo, construindo uma abordagem mais completa e crítica, capaz de fornecer uma base teórica mais robusta, fundamental ao desenvolvimento do restante do trabalho. Nos dois capítulos seguintes será investigado o papel da burguesia local brasileira, em articulação com o imperialismo, no processo de formação socioeconômica do Brasil ao longo do século XX. Enquanto no segundo capítulo será analisado o papel do imperialismo sobre as etapas do desenvolvimento capitalista brasileiro até a eclosão do padrão monopolista, no terceiro será investigado de maneira mais detalhada como se deu o desenvolvimento nacional sob este padrão, buscando responder ao questionamento sobre o significado do surgimento do neoliberalismo, a partir dos anos 1970. Trata-se de uma nova etapa do capitalismo ou uma rearticulação da etapa imperialista? O fio condutor é o instrumental teórico desenvolvido por Florestan Fernandes (1975), que tem como foco de análise a formação nacional e o próprio conceito de Nação. Neste esforço, somam-se à Fernandes autores como Fontes (2010), Netto (2014), Hadler (2013) e Correa Prado (2015), que atualizam o debate.

Sob a perspectiva da qual parte Fernandes (1975), nação é uma formação social caracterizada pelo compartilhamento, entre seus membros, de uma mesma identidade histórica e cultural, culminando em interesses comuns que norteiam o desenvolvimento de

cunho nacional e, mais, que tem autonomia e soberania para guiar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento de suas forças produtivas de forma autopropelida (Sampaio Júnior, 1999). Por essa razão, não será utilizado, ao longo deste trabalho, o conceito de burguesia nacional para caracterizar a burguesia brasileira, uma vez que seus interesses representam vontades particulares de uma classe dominante, e suas frações de classe, profundamente comprometida com os interesses da burguesia internacional. Na prática, e conforme este trabalho buscará demonstrar, estas vontades particulares estiveram, ao longo da formação brasileira, em total contradição com os interesses nacionais. Fernandes (1975) destaca, neste sentido, que o capitalismo gera na sociedade e na economia brasileira uma dupla articulação, que garante a perpetuação da dominação burguesa por meio da intensa segregação social, no plano interno e garante a dependência e subserviência ao imperialismo, no plano externo.

A metodologia utilizada para articular os conceitos teóricos propostos a partir da bibliografia será a História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB), em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia (LEMA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que formula a história do pensamento econômico brasileiro tendo como eixo principal os chamados *intérpretes do Brasil*. Segundo este método, elaborado por Aloísio Teixeira (2011), desenvolvido por Curty & Malta (2022) e aplicado por León (2019), as interpretações de Brasil propõem análises que tentam traduzir a realidade brasileira partindo da reflexão acerca da conjuntura do país, considerando a história da sua formação socioeconômica para propor um projeto de nação para o futuro. Cada intérprete se utiliza de suas próprias noções de mundo ao formular suas análises, construindo uma complexidade de controvérsias, que inserem nos debates diversos aspectos únicos, que movimentam os estudos e o acúmulo do conhecimento sobre os mais variados temas abordados por esses intérpretes. Assim, analisar o Brasil a partir das contribuições de seus intérpretes pelo método proposto é estudar a processualidade da história e da história do pensamento socioeconômico brasileiro e é entender o presente enquanto história.

A partir da metodologia aplicada à literatura de referência, em conjunto com a análise dos dados históricos, pretende-se demonstrar a atualidade do conceito de imperialismo, explicitando como seus mecanismos foram fundamentais ao processo de formação do capitalismo no Brasil ao longo do século XX. Desta forma, utilizando-se de base teórica e material, a análise presente neste trabalho terá como objetivo principal explicitar como a relação imperialista entre o Brasil – e em última análise a América Latina – e os países que compõem o centro do sistema capitalista foi central, junto às dinâmicas sociais e

econômicas internas, para que se formasse no país uma economia capitalista periférica, marcada pela dependência externa e pelo subdesenvolvimento interno.

2 UMA CONTROVÉRSIA ACERCA DO CONCEITO DE IMPERIALISMO E AS ORIGENS DO DEBATE

Antes de debruçar-se sobre o papel do imperialismo na formação socioeconômica do Brasil e, de maneira mais ampla, da América Latina e da periferia global, se faz necessário tentar compreender em que consiste o imperialismo, enquanto categoria de análise de um movimento particular do capitalismo. É verdade que muitos autores marxistas deram imensas contribuições sobre esse tema ao longo da história, justamente por compreenderem ser esta uma questão de importância central para que se entenda a realidade concreta que se pretende transformar. Por conta disto, este trabalho usa como base para compreensão do conceito de imperialismo a partir das análises presentes nas obras de dois autores que são referências em tal debate marxista: *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, do revolucionário russo Vladimir Lenin, além das contribuições da militante comunista polonesa Rosa Luxemburgo, em seu livro *A acumulação do capital*, escritos em 1917 e 1913, respectivamente, ou seja, no contexto de crise do liberalismo pós *Pax Britannica* (1815-1914) e de disputas entre potências capitalistas que serviram de base à Primeira Grande Guerra após a partilha da África no fim do século XIX (Hobsbawm, 1988). Outro material que será utilizado como suporte para as análises deste capítulo, será a entrevista concedida pela autora Virgínia Fontes, em 2020, para a web-série "Marxismo em Foco", na qual a mesma destrincha os capítulos do livro de Lenin, trazendo uma leitura atualizada e adequada às contradições do tempo presente.

Vale ressaltar, porém, que o debate sobre o imperialismo, apesar de tradicionalmente apropriado e desenvolvido nos círculos marxistas – em especial nas obras de Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin¹ –, tem sua origem fora do movimento socialista, sendo utilizado em diversas publicações econômicas a partir do final do século XIX e começo do século XX, destacando-se a obra *Imperialismo: um estudo*, publicada em 1902 pelo economista inglês John A. Hobson. Segundo Lenin, o autor “[...] que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses [...], faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo” (LENIN, 2012 [1917], p. 35). A caracterização de Hobson como social-reformista se deve às suas posições em relação ao sistema capitalista, do qual o mesmo era crítico, porém não partidário de sua superação a partir da construção de uma alternativa. Dada sua relevância e

¹ Por questões de escopo da análise e tempo hábil para realização deste trabalho, optou-se por não incluir as contribuições de Bukharin.

influência, pode-se afirmar que a obra de Hobson é uma das principais responsáveis por inaugurar o debate acerca do imperialismo, além de servir de base à crítica de Lenin, fato este exposto na primeira página do prefácio à obra *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Vale lembrar, porém, que sem usar o termo imperialismo, em *O Capital*, Marx (1867 [2013]) já discutia as questões do chamado mercado mundial e via, por exemplo, a importância de um império como o inglês na dinâmica capitalista mundial e, de forma mais limitada, como isso afetava países periféricos. A partir desta breve exposição sobre a origem do conceito e do debate sobre o imperialismo, estão abertos os caminhos para que seja explorada sua concepção crítica sob o marxismo e segundo Lenin, já que é principalmente a partir de suas formulações que serão construídas as análises deste trabalho.

2.1 IMPERIALISMO ENQUANTO ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO: O SURGIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA NO CENTRO DO SISTEMA

A partir do final do século XIX e, mais intensamente, com a chegada do século XX, temos, nos países centrais do sistema capitalista, ou seja, naquelas economias que já se encontram mais avançadas em seu processo de desenvolvimento das forças produtivas, um claro movimento de expansão da indústria e de conseqüente ascensão da burguesia industrial, associada cada vez mais ao capital bancário e montada sobre lucros cada vez mais significativos. O contexto era de grande euforia para principais economias da Europa, que já haviam concluído os processos de industrialização característicos da primeira revolução industrial e já viviam o desenrolar da segunda onda deste processo, marcado pelo desenvolvimento da indústria química, do aço, do petróleo e pela ampliação uso da energia elétrica e difusão das ferrovias, que se consolidava nos centros urbanos. Este movimento foi acompanhado por um processo brutal de concentração da produção através de trustes, cartéis, sindicatos patronais e outras formas de controle do poder econômico e de associação entre capitalistas, que passam a dominar a produção de forma a centralizá-la em suas mãos. Lenin demonstra, através de dados da Alemanha e dos Estados Unidos (EUA)², referentes à primeira década do século XX, como o emprego dos fatores de produção estava sendo monopolizado por pequenos grupos de empresas nos mais diversos setores (LENIN, 2012 [1917], p. 38):

² Dados extraídos do *Annalen des Deutschen Reichs* e do *Statistical abstract of the United States*, respectivamente.

Em 1907, havia na Alemanha 586 estabelecimentos com mil ou mais operários. Esses estabelecimentos empregavam quase um décimo (1,38 milhão) do número total de operários e quase um terço (32%) do total de energia elétrica e a vapor.

Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. [...] Em 1904, havia 1,9 mil grandes empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares ou mais; estas empresas empregavam 1,4 milhão de operários (num total de 5,5 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6,6 milhões, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (em 20,7 bilhões, isto é, 43,8%). [...] Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de um centésimo do total de empresas!

É significativo que os dados que melhor explicitem este processo de concentração venham justamente das duas nações que, à esta altura, se encontravam em acelerada marcha de desenvolvimento, alcançando posições de prestígio no seleto grupo das economias desenvolvidas. Apesar de observável em economias como a britânica ou a francesa, potências econômicas mais “antigas”, é nas “novas” que a mudança nas dinâmicas do capital se fez mais perceptível. Estava cada vez mais claro que, em todas as economias desenvolvidas, com maior ou menor intensidade, o capitalismo da livre concorrência estava sendo superado e gradativamente substituído pelo capitalismo dos grandes monopólios, ou seja, pelo imperialismo. Mesmo em setores onde não havia empresas com tamanha envergadura que possibilitassem o monopólio, havia uma tendência à centralização da produção através do que os autores à época denominavam *combinação*, onde as etapas subsequentes ou auxiliares da produção de um bem ficam reunidos sob uma mesma empresa.

Da transformação do capitalismo competitivo em imperialismo, decorre uma socialização da produção como jamais seria possível sob a livre concorrência; os monopólios passam a exercer domínio e a controlar conscientemente diversos aspectos da produção, como fontes de matérias primas, meios de transporte e comunicações. Além de concentrarem a mão de obra altamente especializada, o que os torna capazes de realizar avanços técnico-científicos inéditos, que possibilitavam um alto nível de planejamento produtivo e mapeamento de recursos ao redor do mundo. Esta socialização da produção, porém, não vem acompanhada pela socialização dos meios sociais de produção, que seguem sob propriedade da minoria capitalista que controla os grandes grupos industriais. Há, portanto, um aprimoramento na estrutura concorrencial previamente estabelecida que vai em direção à centralização, refletindo a disputa entre os monopólios.

Neste contexto, os movimentos do capital bancário e o conseqüente surgimento do chamado capital financeiro são centrais para que se possa compreender como os monopólios

industriais se constroem e se tornam capazes de exercer tamanho controle sobre a produção, tanto à nível nacional quanto mundial. Segundo Virginia Fontes (2020), o fácil acesso aos recursos financeiros em grandes proporções, quando comparado às empresas “simples”, constitui uma das principais vantagens das empresas monopolistas. Este volume de recursos e sua articulação com o capital industrial, por outro lado, também são resultados das dinâmicas que passam nortear o setor bancário. Sob o capitalismo competitivo, os bancos possuíam um papel restrito, ainda que inegavelmente importante; eram responsáveis por intermediar os pagamentos, gerando rendimentos sobre o capital-dinheiro aplicado e disponibilizando estes rendimentos novamente aos capitalistas em sua forma dinheiro. Porém, de maneira similar ao que se pôde verificar nos setores industriais, o desenvolvimento do setor bancário trouxe consigo uma inerente tendência à concentração, transformando meros intermediários financeiros em grandes conglomerados bancários, responsáveis por gerir a maior parte do capital e dos recursos necessários à reprodução e expansão do capitalismo ao redor do mundo. A formação dos monopólios bancários ocorre de diversas formas, que explicitam uma importante característica da propriedade sob o imperialismo. Conforme aponta Lenin (2012 [1917], p. 57):

Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os “incorporam”, os subordinam, os incluem no “seu” grupo, no seu “consórcio” – segundo o termo técnico – por meio da “participação” do seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos etc.

Não se trata de uma reprodução do movimento de concentração industrial. A concentração bancária possui suas próprias particularidades, que atribuem um novo papel aos bancos. A partir das “inovações” iniciadas por este processo, torna-se possível exercer controle sobre o capital, a operação e o lucro das empresas sem que haja necessidade de possuí-la de maneira integral. Torna-se comum, desta forma, que conglomerados de bancos, “liderados” por um banco maior – como é o caso ilustrativo do Deutsche Bank (Banco Alemão), conforme destacado por Lenin –, sejam responsáveis por volumes cada vez mais expressivos de capital-dinheiro, meios de produção e recursos através das contas-correntes sob sua administração. Este acesso às condições e informações de grande parte dos capitalistas, concentrada sob os monopólios bancários, garante que os mesmos exerçam um papel de planejamento e controle centralizado sobre a reprodução e expansão do capital industrial, através dos mecanismos de financiamento, como a expansão ou retração da oferta de crédito e investimento em determinado setor ou empresa.

O que se coloca, portanto, é um verdadeiro entrelaçamento do capital bancário e do capital industrial, sob a liderança do primeiro, que resulta na formação de grandes sociedades capitalistas e de um poderoso “capital financeiro”³, centralizador das decisões de investimento, da produção e, portanto, do poder econômico. Esse movimento é acompanhado, e não poderia ser diferente, pela união a nível pessoal dos bancos com as grandes empresas industriais, visto que os diretores dos bancos por vezes também eram diretores, acionistas e membros dos conselhos superiores das empresas e vice-versa. Como consequência de tamanha concentração e centralização do poder econômico, o acesso da burguesia monopolista ao poder estatal aumenta exponencialmente, com a participação também de membros do parlamento e do poder público em geral, nos conselhos superiores das indústrias e dos bancos, ou seja, “a ‘união pessoal’ dos bancos com a indústria completa-se com a ‘união pessoal’ de umas e outras sociedades com o governo” (LENIN, 2012 [1917], P. 69).

É interessante observar que, a partir destas novas dinâmicas entre capital bancário e industrial, decorre a formação de uma oligarquia financeira, ou seja, o capital financeiro se converte em vanguarda do desenvolvimento e do domínio capitalista, sendo o regime de participações uma peça fundamental para a formação deste quadro. Por meio das participações acionárias em empresas menores, uma grande empresa monopolista e seus dirigentes, acionistas que compõem os conselhos superiores, podem controlar uma parcela majoritária da produção total do conjunto das empresas sem que haja necessidade da aplicação de um capital com magnitude proporcional. Isto porque o controle acionário, quando suficientemente diluído entre pequenos proprietários, retira destes qualquer tipo de poder decisório sobre os rumos que o conglomerado empresarial deve tomar, ficando a cargo, portanto, do reduzido número de grandes acionistas, ou seja, da oligarquia financeira, decidir quais setores devem receber investimento, onde e de que maneira este será realizado e qual será a quantia investida. Na prática, portanto, o regime de participações, apesar de aparentemente diluir a gestão da produção, é uma importante ferramenta rumo à sua centralização e concentração⁴. Sobre esse aspecto, Lenin (2012 [1917], p. 77) destaca:

³ Capital financeiro, segundo a interpretação de Lenin (2012 [1917]) – em acordo com a formulação de Bukharin –, seria resultado da união entre o capital industrial e bancário, em plena articulação com os Estados nacionais, sob o contexto do novo papel dos bancos, que se tornam “instituições com um verdadeiro caráter universal”. Uma discussão mais detalhada e completa acerca do conceito está presente no texto *O Capital Financeiro de Rudolf Hilferding: Uma leitura crítica a propósito de uma interpretação marxista dos aspectos financeiros do capitalismo contemporâneo* (SADDE, 2018).

⁴ Centralização e concentração são noções que Lenin se apropria a partir de seus estudos sobre *O Capital* (MARX, 1867), particularmente no capítulo 23 da obra, que discute a Lei Geral de Acumulação Capitalista. Estes são movimentos complementares na tendência ao monopólio. A partir do primeiro, temos uma quantidade crescente de capitais sendo controlada por um grupo cada vez mais restrito de capitalistas. Já o

A “democratização” da posse das ações – da qual os sofistas burgueses e os “pseudossocial-democratas” oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a “democratização do capital” –, o aumento do papel e da importância da pequena produção etc. é na realidade um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira.

Para além de expandir o poder exercido pela oligarquia financeira, o sistema de participações também lhes garante impunidade no caso de eventuais desvios e ilegalidades cometidas em nome das empresas menores, onde seus monopólios possuem participação, visto que, legalmente, a posse de parte das ações por uma “empresa mãe”, ainda que se traduza efetivamente no controle da “empresa filha”, não responsabiliza a primeira pelos negócios firmados pela segunda e vice-versa. Porém, a permissividade que a oligarquia financeira encontra no Estado vai além; o gigantismo dos monopólios garante uma aproximação ao poder político e o acesso não só a flexibilização das leis, mas a toda e qualquer estrutura do Estado ou serviço de interesse público, como é o caso da gestão das terras, dos transportes e dos meios de comunicação.

Uma vez que o monopólio se estabelece como padrão de reprodução e expansão do capitalismo, passa a permear todos os aspectos da vida social e a controlá-los em maior ou menor escala através do controle dos recursos e da produção. O poder econômico se converte em poder político, como é de praxe no capitalismo. Porém, no caso das oligarquias financeiras e seus monopólios, esse fenômeno é particularmente mais potente e mais perceptível, gerando um dano social ainda mais profundo. Nesse sentido, Lênin destaca uma característica particular deste dano social; os monopólios, a partir do seu amplo domínio sobre as melhores técnicas e tecnologias produtivas, além do seu acesso facilitado aos recursos, conseguem atingir menores custos e tempo socialmente necessários à sua produção, gerando um lucro extraordinário, que fortalece ainda mais as oligarquias financeiras e impõe a toda sociedade um tributo em favor dos monopolistas (LENIN, 2012 [1917]).

Em suma, o que se pode concluir até agora sobre o capitalismo monopolista, ou seja, sobre o imperialismo, é que se trata de uma mudança qualitativa e profunda nas formas de exploração capitalista, com níveis de concentração e centralização da produção inéditos até aquele momento. Os monopólios industriais, unidos aos monopólios bancários, formam um poderoso capital financeiro, que por seu gigantismo e suas escusas relações de proximidade com o poder político do Estado, se converte em uma oligarquia financeira. A esta, é atribuída a gestão, cada vez mais centralizada, do capital-dinheiro das grandes empresas industriais, que, por sua vez, são responsáveis por aplicá-lo à produção de acordo com o planejamento

segundo diz respeito à associação dos capitais (industrial e bancário) menores a grupos monopolistas que, na prática, tornam-se administradores deste capital, sem necessariamente possuí-lo.

dos seus grandes sócios, efetivos controladores de suas operações e de suas subsidiárias etc. Sobre essa divisão de tarefas, de gestão e de aplicação do capital, Lenin esclarece (2012 [1917], p. 89):

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente da gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes.

A conclusão deste trecho dá a pista daquilo que é fundamental para que se compreenda como o imperialismo, enquanto estágio superior do capitalismo, intensifica a reprodução deste sistema ao redor do mundo. É particularmente através do surgimento desta “nova” forma de capitalismo que se iniciam também “novas” formas de dominação e exploração dos povos. Na prática, trata-se do mesmo sistema, com os mesmos mecanismos básicos de operação, porém fortalecido sob a hegemonia do capital financeiro, pois é justamente por meio deste, que as quatro principais nações capitalistas do começo do século XX, Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos – que possuem centralidade no capitalismo até os dias atuais, em maior ou menor grau – se convertem em verdadeiras potências imperialistas. Em meados dos anos 1910, os quatro países controlavam, juntos, 80% do capital financeiro do mundo, segundo Lenin (2012 [1917]). A partir desta configuração, “quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países banqueiros internacionalmente, desses quatro ‘pilares’ do capital financeiro mundial” (LENIN, 2012 [1917], p. 91). Desta exportação de capital deriva a expansão do capitalismo e sua reprodução a nível mundial, alcançando territórios coloniais, antigas colônias e demais territórios, que vão se converter, majoritariamente, em economias dependentes do capitalismo central.

2.2 A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ESCALA GLOBAL: DIÁLOGOS ENTRE ROSA LUXEMBURGO E LENIN

A partir do entendimento daquilo que constitui o imperialismo enquanto “estágio superior do capitalismo”, como sugere Lenin no título de sua obra sobre o tema, o foco do debate passa a ser compreender o papel deste capitalismo transformado, mais qualificado, em ampliar o domínio do capital em todas as suas formas e sobre todos os territórios. Para este

esforço, tanto Lenin quanto Rosa Luxemburgo fornecem contribuições importantes, frutos da investigação deste fenômeno sob o viés do materialismo histórico, mas partindo de debates diferentes. Em sua obra *A acumulação do capital: Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, Luxemburgo parte dos esquemas de reprodução marxistas⁵, presentes na obra *O Capital* (Marx, 1867), numa tentativa de compreender e explicar o processo de reprodução ampliada do capitalismo e sua relação com os movimentos do capital em seu tempo, ou seja, com o fenômeno do imperialismo. Lenin, por outro lado, parte do aprofundamento e consequente expansão da própria disputa entre os monopolistas das potências imperialistas. Apesar das diferenças, que serão devidamente explicitadas, estas contribuições são, em muitas medidas, complementares entre si, e por isso serão analisadas nesta seção de forma conjunta.

Sobre a acumulação do capital em escala global, Lenin escreve suas contribuições em linha com as suas formulações acerca do papel dos monopólios capitalistas, sob liderança do capital financeiro. Uma vez que o imperialismo se estabelece nas principais economias nacionais, suas relações no mercado internacional, antes baseadas na livre concorrência e na exportação de mercadorias, passam a operar sob a lógica dos monopólios, onde a exportação de capital possui papel fundamental, justamente por constituir uma etapa fundamental da expansão monopolista e do capitalismo em geral, sobre todos os territórios. Lenin (2012 [1917], p. 93), portanto, observa:

No limiar do século XX, assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constitui-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados.

Esse “excedente de capital” é fruto da própria contradição entre salários e lucros e, em última análise, entre trabalhadores e capitalistas, pois se este capital fosse aplicado na melhora das condições de vida da classe trabalhadora, decorreria disto uma diminuição do lucro e uma situação onde não haveria excedente. Como a geração de lucro é o fim de toda a produção sob o capitalismo e como esta produção encontrava-se sob controle dos monopólios financeiros, extremamente articulados com os Estados nacionais, a exportação de capital se torna a via expressa para a realização do excedente, substituindo as antigas relações mercantis sob a estrutura de livre concorrência, por uma situação onde há a disputa internacional entre monopólios, amparados pelas estruturas estatais de suas respectivas nações. Neste cenário, as

⁵ Os esquemas de reprodução, elaborados por Karl Marx, são mecanismos ilustrativos que buscam explicar, de maneira simplificada, os movimentos de reprodução simples e ampliada do capital, ambas discussões presentes na obra *O Capital*, no capítulo 21, do volume I e capítulo 21, do livro II, respectivamente.

antigas colônias tornam-se destino natural deste capital excedente, e é por meio de sua exportação que se acelera bruscamente o processo de desenvolvimento do capitalismo nas economias “atrasadas” – ou seja, aquelas economias periféricas ao capitalismo central –, que resulta em “[...] um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo” (LENIN, 2012 [1917], p. 96). Sob o imperialismo e, portanto, sob o capitalismo monopolista, as economias exportadoras de capital passam a disputar entre si os mercados periféricos, pregando o ideário liberal do livre comércio ao passo que, na prática, se utilizam do poder político e econômico dos monopólios para estabelecer condições de exclusividade e restrições à inserção destas economias no mercado internacional e sua interação com as demais potências imperialistas. Estas condições geram um cenário onde grandes grupos monopolistas não só disputam pelos mercados internacionais como passam, eles próprios, a partilharem o mundo sob seu domínio, aliado aos seus Estados nacionais, como é de praxe nas relações imperialistas, e instrumentalizando as classes dominantes das nações periféricas. É o domínio do capital financeiro expandido para além das fronteiras; a expressão do imperialismo difundido ao redor do mundo.

Segundo Lenin, a maior parte dos países “atrasados” já estariam, à esta altura, plenamente inseridos na circulação do capitalismo, o que explicaria o direcionamento do excedente para estes territórios, onde se constroem as principais ferrovias e onde já se encontram as condições básicas ao desenvolvimento industrial. Este é um importante ponto de discordância entre Luxemburgo e o revolucionário russo; apesar de compreender o papel do excedente de capital, a autora destaca que o principal aspecto da acumulação em escala global é dinâmica entre o capital em expansão e as formas não capitalistas de produção que ainda existiriam em territórios periféricos, colônias e antigas colônias, enquanto Lenin afirma que a disputa por estes territórios se daria justamente porque o capitalismo já se encontrava estabelecido mundialmente, restando apenas a partilha do mundo entre os monopólios nacionais. Apesar desta discordância importante, que marca a diferente posição dos autores quanto à abrangência do capitalismo no mundo, as linhas gerais de ambas as análises tendem a convergir em suas conclusões a respeito da centralidade das regiões periféricas do mundo para o desenvolvimento das potências monopolistas, destacando o papel do excedente de capital e suas formas de aplicação no processo de expansão e consolidação do imperialismo ao redor do globo, com destaque aos empréstimos e a construção de ferrovias, aspectos muito bem explorados pela militante polaco-alemã, como será exposto adiante com maior detalhamento.

Conforme apontado anteriormente, Rosa Luxemburgo parte dos esquemas de reprodução marxista para explicar os movimentos do capital em seu tempo, ou seja, o imperialismo. Segundo a autora, a realização da mais-valia para fins de acumulação, e não apenas de reprodução do capital, seria um problema insolúvel em uma sociedade composta apenas por capitalistas e operários, conforme a divisão tradicional expressa nos esquemas de Marx (1885). Portanto, o esquema de reprodução ampliada refere-se a circunstâncias que se encontram fora da produção e acumulação capitalistas e, neste contexto, a mais-valia só poderia ser realizada por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalista. A autora argumenta a partir de um exemplo ilustrativo; a Indústria inglesa de tecidos, que fornecia tecidos a camponeses da Índia, América, África etc, mercados que, desta forma, serviram de base ao desenvolvimento desta indústria na Inglaterra, e que, por sua vez, desenvolveu uma série de indústrias de máquinas e capital, elevando o desenvolvimento industrial em geral. Além disto, a produção capitalista dependeria de outros modos de produção, não-capitalistas, não só para realizar parte de sua produção, mas também para adquirir matérias-primas, como era o caso do próprio algodão utilizado na indústria têxtil, proveniente do trabalho de negros escravizados no sul dos EUA. A autora destaca que:

A base econômica da produção de matérias-primas (Séc. XIX e começo do XX) são os sistemas de exploração praticados pelo capital europeu, tanto nas colônias africanas quanto na América, países que representam diversas combinações de escravidão e servidão da gleba. (LUXEMBURGO, 1970 [1913], p. 308).

Nesse sentido, o comércio mundial, ou seja, a interação entre formas de produção capitalistas e não capitalistas sempre foi fator fundamental para o desenvolvimento do capital. Para seguir o processo de acumulação (e conseqüente expansão do sistema), o exército industrial de reserva⁶ também precisa ser incrementado pela mão-de-obra advinda de formas de produção não capitalistas. O problema do imperialismo, portanto, não se resume, segundo Luxemburgo, a encontrar mercado para o “produto excedente”, como formulava Lênin, mas está intimamente ligado à necessidade, por parte do processo de acumulação de capital, de se utilizar de recursos e mão-de-obra provenientes de todo o mundo, ou seja, provenientes de formas de produção e socialização não capitalistas. Destes fatores resulta uma conclusão contraditória, inerente ao capitalismo monopolista; ao passo que os mercados internos das potências europeias crescem e se tornam cada vez mais dependentes entre si, encontram-se

⁶ Exército industrial de reserva é um conceito formulado por Karl Marx, no capítulo 23 do volume I de sua principal obra, *O Capital*, onde o autor analisa a “Lei Geral de Acumulação Capitalista”. O conceito refere-se ao contingente de trabalhadores capazes e dispostos a trabalhar que não são empregados na produção capitalista, operando no sentido de pressionar para baixo os salários, favorecendo o lucro e o processo de acumulação do capital.

em situação de rivalidade e disputa sobre os territórios não capitalistas, centrais para o processo de reprodução ampliada do capital.

Segundo a autora, o imperialismo é operacionalizado, nas colônias e províncias, fundamentalmente através dos “empréstimos estrangeiros, construção de ferrovias, revoluções e guerras” (LUXEMBURGO, 1970 [1913], p. 65), sendo estas duas últimas características comuns às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas internamente às economias capitalistas centrais, quando em seu processo de transição até atingir o capitalismo industrial. As revoluções são necessárias ao processo de emancipação capitalista das províncias, pois é a partir destas que se realiza a adequação do aparato estatal aos objetivos da produção capitalista, substituindo sua forma arcaica, herdada das “economias natural” e “mercantil simples”, por uma mais moderna e alinhada aos interesses do imperialismo. Neste processo, as reformas militar e financeira funcionam como forma universal de instauração da emancipação capitalista de um Estado moderno politicamente independente. Tanto Lenin quanto Luxemburgo destacam a importância da expansão da rede ferroviária, que se insere no processo de transformação capitalista enquanto reflexo da penetração do capital. Ao longo de todo século XIX, o crescimento de empréstimos públicos destinados a construção de ferrovias acompanhou o movimento de expansão do capital em cada uma de suas etapas, estando presente desde a introdução da economia mercantil, até o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Outro fator fundamental para compreender o desenvolvimento capitalista em sua fase de expansão imperialista é o papel dos empréstimos estrangeiros. Na etapa de acumulação de capital das economias centrais, os empréstimos atuaram como meio de supressão às demais formas de produção existentes, já que possibilitaram a conversão do dinheiro nas mais diversas formas de capital e de consumo necessárias ao desenvolvimento pleno do capitalismo. Sob o domínio imperialista, a exportação do capital na forma de empréstimos torna-se ilustrativa de uma contradição própria desta etapa de expansão do capital financeiro; ao passo que os empréstimos configuram-se como principais meios de emancipação dos novos Estados capitalistas e, portanto, imprescindíveis ao seu desenvolvimento, eles constituem, por outro lado, uma importante ferramenta das potências imperialistas, utilizada para controlar indiretamente suas finanças e pressionar suas políticas de Estado e relações internacionais. O problema central, e aqui reside outro ponto de convergência entre as duas formulações apresentadas nesta seção, está no fato de que a mais-valia realizada nos países capitalistas centrais, através de seu capital acumulado, encontra-se imobilizada dentro das fronteiras destes países, destinado a encontrar novos espaços onde seja possível engendrar e

realizar sua mais-valia, ampliando seu processo de acumulação. O caminho, segundo Luxemburgo (1970 [1913], p. 375), se dá através dos empréstimos externos:

Nesse contexto, os empréstimos externos são a mais adequada ilustração crítica do esquema marxista da acumulação; a reprodução ampliada do capital, que representa a capitalização da mais-valia anteriormente realizada pelos países centrais. O papel dos empréstimos exteriores, como o da colocação do capital em ações ferroviárias e mineiras estrangeiras, é, por isso, a melhor ilustração crítica do esquema marxista da acumulação. Nesses casos, a reprodução ampliada do capital é uma capitalização da mais-valia anteriormente realizada [...]. O momento, as circunstâncias e a forma em que se transformou em dinheiro o capital dos países antigos, e que agora aflui aos novos, não têm nada em comum com seu campo atual de acumulação.

Sob estas condições, porém, não é possível pensar na expansão imperialista em um mundo onde o capitalismo já está disseminado enquanto modo de produção hegemônico, como Lenin acreditava estar. E, portanto, “só o aparecimento de um novo território com grandes zonas de cultura não-capitalista criou o círculo ampliado de consumo para o capital, possibilitando-lhe o incremento da reprodução, isto é, a acumulação” (LUXEMBURGO, 1970 [1913], p. 376). Isto porque, para Rosa Luxemburgo, a aplicação do excedente do capital em condições de produção e sociabilidade não capitalistas é justamente o que possibilita a reprodução ampliada do capital. A autora explica a partir de um exemplo concreto:

O capital alemão constrói na Turquia asiática ferrovias, portos, obras hidráulicas. Nesses empreendimentos extrai nova mais-valia dos asiáticos, utilizando-os como operários. Mas essa mais-valia, juntamente com os meios de produção empregados, será reempregada na Alemanha (material de ferrovias, máquinas etc.). Quem contribui para esse reemprego? Em parte, o tráfico de mercadorias originado pelas ferrovias, portos etc., que se fomenta nas condições de economia natural existentes na Ásia Menor. (LUXEMBURGO, 1970 [1913], p. 389).

Esta acumulação, expressando uma característica fundamental do imperialismo já destacada por Lenin, se dá sob um contexto de complexa articulação entre as empresas monopolistas e os Estados nacionais periféricos, responsáveis por converter a produção não capitalista em mercadoria, sobre as quais cobram tributos, muitas vezes por meio do uso da violência contra a própria comunidade produtora. Através dos tributos e, muitas vezes, até mesmo de empréstimos estrangeiros, os Estados nacionais pagam pelas obras “civilizatórias” de infraestrutura executadas pelo capital financeiro, garantindo uma remuneração extraordinária sobre seu investimento. Para o capital monopolista, a operação é vantajosa em diversos aspectos, pois garante, na prática, não só a aplicação do capital excedente, mas sua conversão em mais capital, além de garantir o alastramento do modo de produção capitalista sobre novos territórios que, na prática, tornam-se propriedade dos grandes monopólios.

Torna-se claro a partir das contribuições de Rosa Luxemburgo, o papel dos países centrais e dos seus monopólios sobre o desenvolvimento socioeconômico dos novos países capitalistas e territórios não capitalistas, que juntos compõem a periferia do sistema capitalista. O objetivo dos primeiros é justamente encontrar espaço onde seja possível realizar a ampliação do seu capital, produzindo mais-valia e gerando acumulação. Enquanto o segundo grupo se insere enquanto sócio minoritário, produzindo, através de suas burguesias locais e seus aparatos de Estado “modernos”, um sistema interno economicamente dependente e politicamente subjugado pelos interesses expressos pelo capital financeiro das potências imperialistas. Apesar das diferenças, explicitadas ao longo deste item, as formulações de Lenin também acabam por atribuir à periferia global um papel central no imperialismo, o que põe em jogo algumas questões importantes para pensar o capitalismo, em geral, e especificamente o papel do imperialismo.

2.3 A CENTRALIDADE DA PERIFERIA: CONCLUSÕES SOBRE O PAPEL DO IMPERIALISMO SOBRE O MUNDO SUBDESENVOLVIDO

A discussão acerca do imperialismo e suas implicações é ampla, e sua análise poderia gerar frutos para um extenso trabalho, exclusivamente dedicado a debater sobre o tema. O intuito deste capítulo, porém, é fornecer as bases necessárias à compreensão deste fenômeno enquanto influência que opera de maneira estruturante sobre a economia brasileira. Tendo em vista este objetivo, foi feito um recorte específico, que obviamente não esgota o debate sobre o imperialismo e nem ao menos possui essa pretensão. Tendo clareza sobre este aspecto, pode-se chegar à alguns pontos importantes a partir do debate colocado. A conclusão de que a disputa sobre a periferia do mundo é um fator fundamental sob o imperialismo, compatível entre estes dois autores clássicos da tradição marxista, reflete uma realidade concreta inescapável a qualquer análise política, social ou econômica; é impossível pensar o nível de desenvolvimento alcançado no capitalismo central, em qualquer tempo histórico, sem levar em conta o papel da periferia.

A Grã-Bretanha não seria a potência capitalista que veio a se tornar sem a exploração de recursos e mão-de-obra no Brasil, na Argentina, na Índia etc. O mesmo vale para Alemanha, EUA, França e basicamente qualquer outra nação capitalista desenvolvida. A partilha da África, o domínio imperialista sobre China e Coreia, a cooptação dos Estados latino-americanos recém libertados de suas antigas metrópoles e diversos outros exemplos da atuação imperialista no final do século XIX e ao longo do século XX, são essenciais para

esclarecer que a situação de subdesenvolvimento na qual se encontra hoje a maior parte destas regiões⁷, é fruto da intervenção, direta ou indireta, dos interesses do imperialismo ao longo da história. Estes pontos serão esclarecidos de maneira mais detalhada ao longo dos próximos capítulos deste trabalho, onde será explorado o caso ilustrativo do Brasil.

Enquanto parte da América Latina e da chamada periferia global, analisar a relação do imperialismo com o processo de formação socioeconômica brasileira é importante não só para que se compreenda a própria formação nacional e os aspectos políticos, culturais e econômicos do Brasil atual, mas também para compreender como opera o sistema capitalista a nível global e como as regiões central e periférica estabelecem suas relações de interdependência, sob domínio da primeira. O capítulo seguinte se destina, portanto, a explorar este tema com maior nível de detalhamento, de maneira a complementar as contribuições de Lenin e Luxemburgo às controvérsias acerca do imperialismo e, principalmente, inserir a problemática da formação nacional brasileira.

⁷ A exceção são os países que passaram por revoluções socialistas (China e Coreia do Norte) e a Coreia do Sul, que cumpre papel estratégico para o imperialismo norte-americano sobre a Ásia, funcionando como modelo de desenvolvimento capitalista e, simultaneamente, uma espécie de “colônia moderna”, onde os EUA dispõem suas armas apontadas à Coreia Popular e à China.

3 SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: O PAPEL DO IMPERIALISMO NA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL MODERNO

A partir da obra de Lenin e algumas de suas interpretações, foram explicitados os movimentos que levaram o capitalismo central rumo ao seu estágio imperialista e, junto às contribuições de Rosa Luxemburgo, destacou-se o papel da periferia global e dos modos não-capitalistas de produção e socialização neste processo. Cabe agora destrinchar de que maneira este movimento do capitalismo global influencia e, em boa parte, é responsável, por formar o capitalismo na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, modificando – ou não – suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Este capítulo terá o cumprimento desta tarefa como objetivo maior, e para tal, serão utilizadas as análises de notórios “intérpretes do Brasil” na história recente e atualidade.

Com base nas análises de Florestan Fernandes (1975) e autores que estudam e contribuem à sua obra, como Hadler (2013) e Correa Prado (2015), será debatido o papel da burguesia local e de sua articulação com os interesses imperialistas sobre os rumos tomados ao longo do processo de formação socioeconômica do Brasil. Destaca-se também o papel desta articulação, a partir da segunda metade do século XX, sobre a incorporação da economia nacional ao capitalismo monopolista, sob contexto de seu estabelecimento em escala global. Assim como no capítulo anterior, as interpretações dos autores serão exploradas de modo a se complementarem, tendo como objetivo dar continuidade à construção de uma interpretação completa, capaz de fornecer base sólida para a compreensão do papel central que possui o imperialismo na formação das estruturas econômicas e sociais brasileiras, objetivo final deste trabalho.

3.1 BURGUESIA LOCAL E IMPERIALISMO: A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO À BRASILEIRA E A ARTICULAÇÃO EM PROL DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O imperialismo não poderia surrupiar a América Latina e o Brasil, como de fato o fez, se não contasse com as classes dominantes locais enquanto fiéis aliadas. Antes mesmo do mercado capitalista alcançar estas regiões, e posteriormente inseri-las na lógica do capitalismo monopolista, as bases da dominação burguesa já haviam sido construídas pelo regime colonial. Mesmo após a independência formal do Brasil, há exatos duzentos anos (1822), a economia nacional se aprofundava em seu modelo agroexportador com base na produção agrária escravista, tendo como principal parceira no mercado mundial a Grã-Bretanha, nação

hegemônica no capitalismo global, àquela altura. Do ponto de vista formal, e em linha com o que pregava o liberalismo inglês à época⁸, a relação entre colônia e metrópole, estabelecida até então com Portugal, gradativamente dava lugar à relação Brasil e Grã-Bretanha, duas economias “independentes”, que interagiam sob o marco do capitalismo competitivo (Fernandes, 1975). Este movimento se expressa materialmente em diversos tratados bilaterais de livre-comércio, destacando-se entre eles o Tratado de Comércio e Navegação, celebrado em 1810 entre Portugal e Reino Unido. A concessão essencial era a abertura do mercado português e de suas colônias às mercadorias inglesas, produtos da primeira revolução industrial, que ocorria durante aquele período na Europa, nucleada na Inglaterra. Na prática, o tratado dava aos ingleses o controle sobre o comércio marítimo brasileiro, significando um importante passo rumo à substituição do antigo esquema colonial por uma relação lastreada no capitalismo. O processo de formação do capitalismo brasileiro, portanto, ao contrário do que sugere qualquer idealização liberal, trouxe como consequência uma série de aspectos que não só reforçaram problemas oriundos da colonização, como também os aprofundou e cristalizou.

Florestan Fernandes, no capítulo 6 de sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (Fernandes, 1975), sintetiza a formação do capitalismo brasileiro, destacando três fases deste processo. Segundo o autor, e conforme será exposto com maior detalhamento adiante, é notório que em nenhuma destas fases o desenvolvimento capitalista impôs a ruptura da dependência externa em relação ao centro deste sistema, a superação completa das formas pré-capitalistas de produção, circulação e socialização ou a superação do subdesenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento capitalista brasileiro levado a cabo pelas classes dominantes sempre esteve em linha com a dominação imperialista, sendo a dependência e o subdesenvolvimento, portanto, não somente resultado de imposições de fora para dentro, mas também de uma estratégia das classes dominantes e burguesias locais, que se colocam como universalidade, enquanto os interesses da nação são levados em conta somente como “recurso estratégico”, passível de ser utilizado em nome daqueles interesses minoritários. O objetivo do desenvolvimento capitalista é, neste contexto, o produto da manutenção da dominação de classe, em linha com os interesses imperialistas externos.

⁸ Para uma compreensão mais profunda acerca do papel do ideário liberal burguês, representado à nível internacional pelo estado nacional britânico no século XIX, recomenda-se, além da obra de Florestan Fernandes, *Formação Econômica do Brasil*, do economista Celso Furtado (1959) e *Formação do Brasil Contemporâneo*, do historiador Caio Prado Jr. (1942), que tratam da questão a partir das influências desta sobre a formação da economia brasileira.

3.1.1 DA ECONOMIA NEOCOLONIAL AO CAPITALISMO MONOPOLISTA: A TRAJETÓRIA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

A primeira etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro, segundo a formulação de Florestan Fernandes, compreende o período imediatamente após o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, até os anos 1860, com o agravamento da crise no sistema de produção escravista, e é referente à “transição neocolonial”, marcada por transformações modernizantes na burocracia estatal e instituições, alinhada ao surgimento de um “mercado capitalista moderno”. A segunda, que se estende até os anos 1950, diz respeito à “formação e expansão do capitalismo competitivo” e marca a consolidação do mercado interno e o período embrionário da industrialização. A terceira fase, que se inicia a partir de 1950, com tendências anteriores e que adquire caráter estrutural a partir de 1964, trata da “irrupção do capitalismo monopolista”, ou seja, da reorganização do mercado e da produção, com estabelecimento das grandes corporações, predominantemente estrangeiras, mimetizando o surgimento do capitalismo monopolista no centro do sistema capitalista, porém inserido de forma completamente distinta no mercado mundial.

Sob o padrão de desenvolvimento neocolonial, as cidades ganham papel fundamental em dinamizar o capitalismo internamente e o país se incorpora ao mercado mundial, ainda que de maneira desigual, no que se refere ao valor e ao volume dos produtos negociados. Pode-se destacar a chegada da família real e dos membros da corte portuguesa, em 1808, como uma espécie de marco zero da transição neocolonial. Isto porque, com a presença da corte em solo brasileiro, tornava-se necessário redinamizar o mercado interno, adaptando seus padrões às demandas dos novos ocupantes das terras brasileiras. A partir disto, muitos esforços foram feitos no sentido de incorporar a economia brasileira ao mercado mundial, que operava sob o capitalismo competitivo; a abertura dos portos, decretada apenas seis dias após a chegada da corte e, posteriormente, o processo de independência formal, em 1822, são ilustrativos deste movimento. Segundo Fernandes (1975), as estruturas resultantes deste processo articulavam a produção escravista agrária – que só se torna ilegal à partir de 1888 – e a estrutura de mercado moderna sob uma dinâmica de desenvolvimento capitalista própria, dando início a um processo espontâneo de revolução urbana, que ocorre de maneira gradual e sob um ritmo lento e descoordenado, mantendo inalterado, porém, o sistema de produção agrária escravista colonial, que servira de base para este processo de transição neocolonial e de início da revolução urbana, possibilitando a transformação capitalista subsequente. Durante cerca de cinquenta ou sessenta anos, este padrão de desenvolvimento resultou apenas na intensificação

das relações com o mercado mundial e na aceleração do crescimento do setor urbano-comercial, ou seja, o fortalecimento do mercado interno, junto à revolução urbana, não foi capaz de reorientar profundamente a política econômica tocada pelo império brasileiro e nem de alterar profundamente as estruturas econômicas e as bases da acumulação no país:

[O padrão de desenvolvimento neocolonial] não era suficientemente forte, em especial, para converter a brusca orientação para dentro das atividades econômicas numa fonte de política econômica revolucionária (o que ocorreu, em circunstâncias diversas, mas em situação análoga, nos Estados Unidos). O setor agrário não dispunha de base material para arriscar-se a romper com o regime de trabalho escravo, com a propriedade servil e com o sistema de produção escravista; e os novos grupos econômicos, por sua vez, concentraram-se no aproveitamento das oportunidades abertas pela eclosão e disseminação do mercado capitalista moderno, como se ali estivesse o padrão de desenvolvimento capitalista ideal. (FERNANDES, p. 227, 1975).

Quanto ao capitalismo competitivo, sua formação no Brasil escravista dependia do grau de difusão e consolidação do mercado capitalista moderno. A articulação entre o setor urbano-comercial e a produção escravista permitia a existência de uma grande massa de excluídos, o que garantiu um processo de urbanização seletivo e estabeleceu uma ligação direta entre a escravidão e o desenvolvimento capitalista no país. Desta forma, a revolução urbana significava, na prática, utilizar o regime de escravidão praticado nas zonas rurais, intocadas pela “modernização”, como base de sustentação do desenvolvimento capitalista. Esta articulação está em linha com a análise de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo que, conforme exposto no capítulo anterior, destaca o papel dos modos de produção e das regiões não capitalistas para a acumulação de capital, tanto para as classes dominantes e burguesias locais, quanto para – e principalmente – para a burguesia dos países hegemônicos, possibilitando, por outro lado, a implantação das formas capitalistas nestas regiões. Este foi o caso no Brasil, pois é a partir da dinâmica do capitalismo, tanto interna quanto externamente, que a economia brasileira foi capaz de se flexibilizar e dar um “próximo passo” de expansão e consolidação deste sistema, sendo a produção de café para exportação e o comércio externo, no geral, peças fundamentais neste processo:

Ela (A flexibilidade adquirida pela economia brasileira) também se deve a circunstâncias que tornaram o Brasil muito atraente para os países que disputavam a “partilha do mundo” já sob a pressão do padrão de desenvolvimento do capitalismo industrial. Nações como a Inglaterra, França e Alemanha, às quais começam a se juntar os Estados Unidos, voltavam seus olhos para as reservas de recursos e as potencialidades visíveis de um país continental como o Brasil. (FERNANDES, p. 232, 1975).

A disputa neocolonial, desta forma, dá lugar à disputa pela consolidação de uma economia capitalista dependente, capaz de se inserir no sistema econômico mundial dominado

pelas disputas entre as potências industriais e, neste contexto, apenas o desenvolvimento dos mecanismos simples do mercado capitalista já não era mais suficiente, sendo necessário que as economias centrais construíssem, em sua periferia mais avançada, transformações a nível institucional que dessem conta da próxima etapa de desenvolvimento capitalista e da consequente absorção de dinâmicas sociais propriamente capitalistas, provenientes das sociedades hegemônicas. O desenvolvimento do mercado moderno na periferia fez com que se exaurisse a efetividade do esquema econômico utilizado na fase de transição neocolonial, gerando a necessidade da elaboração de outro tipo de relação, que fosse menos permissiva à geração de economias nacionais capazes de concorrer com os próprios países centrais.

Nesse contexto, era necessário que as ferramentas de influência e controle indiretos meramente comerciais se tornassem mais complexas, articulando as economias periféricas e hegemônicas, sob as condições impostas pelo imperialismo. Com o aprofundamento da crise na monarquia brasileira, que se estendia desde a década de 1870, a resposta encontrada pelas oligarquias locais para dar continuidade ao seu modelo de dominação e associação ao capital internacional foi justamente uma mudança a nível institucional. Através do golpe militar, em 1889, proclamou-se a República brasileira, dando fim ao império e inaugurando uma nova forma de organização do aparato estatal, que buscava se adequar aos movimentos econômicos que norteavam a economia nacional, tanto a partir de fora, quanto internamente. O estado republicano, portanto, ao reafirmar o compromisso com as oligarquias agrárias e acatar as demandas da crescente burguesia comercial urbana, reforçou os interesses das burguesias internacionais em modernizar a economia e as instituições brasileiras, tornando-a mais permeável às dinâmicas próprias do capitalismo.

O desenvolvimento induzido pelos países centrais à economia brasileira era, portanto, limitado às transformações que favorecessem os movimentos necessários à dinamização do capitalismo central, sendo incapaz de realizar transformações de caráter autônomo, e aprofundando a posição de dependência na qual a economia nacional se colocava. Estes aspectos impossibilitavam o desenvolvimento de uma economia autônoma e independente através do próprio aprofundamento e desenvolvimento do capitalismo competitivo, da forma como este se apresenta na periferia, fortalecendo a dominação imperialista. Por outro lado, é este padrão de desenvolvimento que viabiliza o estabelecimento do mercado capitalista enquanto forma hegemônica de socialização no Brasil, para além de forma econômica. Sob a economia capitalista competitiva que surgia, o desenvolvimento, apesar de ter no setor urbano-comercial seu núcleo, se expande em direção ao campo. Ainda não havia, porém, neste primeiro momento, o impulso à produção manufatureira, e o

comércio seguia sendo o ponto de dinamismo da economia interna, aliado às importações e exportações. É somente a partir da difusão do capitalismo competitivo e de suas estruturas na sociedade e no território brasileiro que surgem as pressões econômicas responsáveis por darem início a um processo de industrialização mais intenso, baseado no modelo de substituição de importações, como comumente se observa na América Latina neste período.

Segundo Hadler (2013), é a partir do esgotamento do modelo agrário-exportador e do processo de industrialização e dinamização do mercado interno, que se aprofundou o contraste entre o projeto “modernizador” do capitalismo dependente e as estruturas arcaicas da sociedade brasileira, herdadas do passado colonial. Durante todo o período da primeira república, que se estende até 1930, a produção do café para exportação foi o principal ponto de dinamização da economia brasileira, tendo sido fundamental, inclusive, ao aprofundamento das estruturas capitalistas sobre o mercado interno, que cresceu e se tornou mais complexo à medida que a economia do café se expandiu. De acordo com Florestan Fernandes (1975), em uma de suas principais contribuições à análise da formação do capitalismo brasileiro, estava se formando uma economia capitalista duplamente articulada; internamente, a partir da articulação do setor agrário e urbano-comercial – posteriormente urbano-industrial –, que gerava uma intensa segregação social, e externamente, dado que o setor agroexportador atuava em plena concordância com os planos e regras definidos pelas economias centrais, operando como sócio menor do capital internacional. Neste contexto, o processo de industrialização por substituição de importações surge como um efeito da dinamização tanto do mercado interno, levando-se em conta padrões de consumo e organização social e territorial, quanto das possibilidades externas, onde a demanda dos países centrais e sua capacidade de exportar bens de capital e produtos industrializados eram decisivas. Porém, o fundamental é o que está por trás da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em geral:

[...] O essencial não está na substituição de importações, mas nas características que a dominação imperialista externa e a ausência da universalização das relações capitalistas de mercado e de produção introduzem no padrão brasileiro de desenvolvimento econômico sob o capitalismo dependente. (FERNANDES, p. 244, 1975).

O capitalismo competitivo se desenvolve, no Brasil, limitado às características intrínsecas dessa economia de dupla articulação, que em nenhum momento se vê ameaçada, pelo contrário; o estabelecimento deste padrão de desenvolvimento capitalista dá continuidade à mesma, o que resulta, na prática, no seu fortalecimento enquanto modelo de dinamização da economia nacional. Com a crise no setor cafeeiro, aprofundada pela quebra da bolsa de Nova

Iorque, em 1929, os setores sociais urbanos conquistaram cada vez mais espaço na política nacional, sob contexto de um mercado interno mais robusto e de uma nascente indústria nacional. A burguesia urbano-industrial percebia a necessidade de transformações institucionais que permitissem intensificar o dinamismo do mercado interno e integrá-lo plenamente ao mercado mundial. Essa necessidade, que se desdobrou em um projeto nacional-desenvolvimentista⁹ burguês, estava representada politicamente no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas. Após o golpe dado pelos trabalhistas em 1930, que leva Vargas ao poder, o nacional-desenvolvimentismo é alçado à ideologia oficial do Estado brasileiro, marcando todo o período da chamada “Era Vargas”, que se estende até 1945. Conforme destaca Prado (2015), foi durante este período que a produção industrial avançou e tomou espaço da produção rural no produto da economia brasileira, ainda que se debata a intencionalidade do governo Vargas em promover tal transformação¹⁰. Por parte dos trabalhadores urbanos, representados politicamente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização com maior base sindical à época, a revolução nacional burguesa era vista como etapa natural do processo da revolução socialista brasileira. Foi a partir desta visão que Caio Prado Jr. (1966), um dos principais formuladores do partido, compreendeu o capitalismo competitivo como “estado natural” do desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, o partido deu apoio crítico ao projeto nacional-desenvolvimentista colocado pelos trabalhistas, com a intenção de disputá-lo através de uma alternativa socialista.

Nesse contexto, o desenvolvimento do capitalismo competitivo era visto internamente, como “estado natural” e até mesmo “estado ideal” do desenvolvimento capitalista, dada sua capacidade de manter a conciliação entre os interesses internos (de desenvolvimento das forças produtivas, industrialização e urbanização) e externos (criação de mercado consumidor, fonte de acumulação de capital e destino para o capital excedente). Parecia ser este o caminho para resolver aqueles problemas estruturais relacionados à formação social, produtos da colonização e levar a cabo a Revolução Burguesa sob a democracia liberal, tendo o nacional-desenvolvimentismo como base político-teórica. Porém, o resultado real para a economia brasileira foi a sua inserção no sistema capitalista internacional, enquanto uma espécie de satélite das economias centrais, que à esta altura já

9 Segundo Ricardo Bielschowsky (2010), referência no debate sobre o desenvolvimentismo brasileiro: “Desenvolvimento econômico é o crescimento com transformação estrutural, que conduz ao aumento de produtividade no trabalho e à melhoria do bem-estar”. O termo nacional-desenvolvimentismo é, na América Latina e no Brasil, tradicionalmente utilizado para denominar o conjunto de políticas, ideais e formulações tradicionalmente representadas pela CEPAL, através de autores como Celso Furtado e Raul Prebisch.

10 Um debate sobre o tema pode ser encontrado no artigo “Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930” (FONSECA, Pedro C. D., 2003).

caminhavam em direção ao capitalismo monopolista. No campo político, o governo Vargas, a partir de 1937, sob o chamado “Estado Novo”, toma a forma de uma ditadura burguesa, aos moldes do fascismo italiano, passando inclusive a perseguir os grupos sociais que disputavam o nacional-desenvolvimentismo por dentro, com destaque aos comunistas, que se tornaram alvos principais do regime e tiveram o seu partido, o PCB, impedido de participar legalmente da política nacional até 1945, com o fim da “Era Vargas” e a realização das eleições presidenciais.

Em suma, o padrão de desenvolvimento sob o capitalismo competitivo dependente, por suas próprias contradições, fortaleceu o controle estrangeiro sobre a produção e a sociedade através de sua associação à economia nacional, o que, pela via da dupla articulação, também resultou no aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e territoriais internas. Sendo incapaz de realizar transformações no sentido de romper com o padrão dependente de desenvolvimento, o capitalismo brasileiro – e da periferia, de maneira geral – torna-se refém das transformações do capitalismo central e de suas dinâmicas em busca de novos espaços de acumulação em sua fase monopolista, que irão definir o papel das economias periféricas.

O capitalismo monopolista se apresenta e se estabelece no Brasil de maneira muito distinta em relação à expansão do capitalismo competitivo, assim como ocorreu nos países centrais, conforme exposto no capítulo anterior, através das formulações de Lenin. Porém, o surgimento deste padrão de desenvolvimento na periferia, para além daquelas diferenças em relação à emergência das etapas anteriores do desenvolvimento capitalista, se dá de maneira ainda mais particular. Poucas economias da periferia foram capazes de absorver o padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista – ou seja, baseado na formação e estabelecimento do capital financeiro e de seu domínio – a partir de dinâmicas econômicas próprias, como foi o caso no Canadá ou na Austrália, por exemplo. No restante, como na América Latina e no Brasil, especificamente, a estratégia era de “penetração segmentada” por parte das grandes corporações e monopólios estrangeiros que lideravam este processo, se aproveitando das estruturas neocoloniais ou de capitalismo competitivo dependente pré-estabelecidas. Este caminho se mostrou extremamente vantajoso para as economias capitalistas hegemônicas visto que, desta forma, a necessidade de arcar com as transformações econômicas era dispensada – pois o processo era executado através das grandes corporações – mas os frutos da mesma continuavam a ser monopolizado pelo centro do sistema. É por meio desta dinâmica que, no período imediatamente após a segunda grande guerra, encerrada em 1945, as economias da América Latina encontram cenário internacional

favorável, dando fôlego adicional àquele modelo de industrialização baseado na substituição de importações e às transformações estruturais proporcionadas pelo aprofundamento das relações capitalistas. No Brasil, conforme exposto anteriormente, a industrialização tornava-se cada vez mais central à economia nacional que, submetida à um projeto de nacional-desenvolvimentismo burguês, sofreu importantes transformações institucionais e burocráticas neste sentido. Segundo Hadler (p. 16, 2013):

Os progressos na industrialização, urbanização, modernização e desenvolvimento do aparelho de Estado e da burocracia estatal impulsionavam essas mudanças na estrutura e relações de classe, tornando cada vez mais marcante a presença e atuação de novas forças sociais: a burguesia industrial, as classes médias, o operariado, as massas marginais urbanas etc.

Simultaneamente, o padrão acelerado e concentrador de desenvolvimento das economias centrais acabou por atribuir à periferia um papel específico e fundamental de sustentar esse padrão através da exploração exaustiva de seus recursos e mão de obra, tornando estas economias responsáveis pelo aspecto minimamente harmonioso do crescimento das economias hegemônicas e, desta maneira, incorporando as burguesias periféricas enquanto “sócias menores” do capitalismo global, nos termos de Caio Prado Jr. (1966)¹¹. É através deste processo que a periferia passa a se tornar principal destino do capital excedente originado no centro, que disputava as economias periféricas através das grandes corporações, “gerando o que se poderia descrever, com propriedade, como a segunda partilha do mundo” (FERNANDES, p. 246, 1975), em acordo com a análise de Lênin sobre o imperialismo.

Dois fatores são fundamentais a qualquer análise acerca da atuação do imperialismo neste período do pós-guerra, auxiliando na compreensão dos seus movimentos sobre a periferia global. O primeiro é que, como consequência do fim da segunda grande guerra, em 1945, o sistema capitalista internacional passou por uma reorganização em seu centro hegemônico, resultando na liderança dos Estados Unidos, país que se favoreceu economicamente do conflito bélico, através da venda de armamento e concessão de empréstimo às potências que disputavam entre si (Hobsbawm, 1995). Já o segundo aspecto diz respeito à chamada guerra fria¹², que se inicia em 1947. Com a revolução russa, em 1917, ainda no contexto da primeira grande guerra, surgia pela primeira vez na história uma tentativa de transição socialista à nível nacional, através da criação da União das Repúblicas

¹¹ Para um debate mais profundo sobre a expressão, ver o livro “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Jr.

¹² A Guerra Fria foi um conflito diplomático travado entre o bloco das potências hegemônicas e centrais do sistema capitalista, representados pelos Estados Unidos, de um lado, e o bloco de países socialistas, encabeçado pela URSS, de outro. HOBBSAWN (1995).

Socialistas Soviéticas (URSS), que se colocava enquanto contraponto à ascensão do capitalismo apresentado como sistema hegemônico e global. Com o fim dos acordos de paz selados durante a segunda grande guerra entre o ocidente capitalista e a URSS, o controle da periferia passa a ser vital, estrategicamente, neste contexto de disputa entre os dois polos. Era necessário, aos países hegemônicos centrais, manter a lealdade e a subserviência da periferia aos seus interesses de expansão e estabelecimento do capitalismo à nível global, de forma a firmar oposição ao projeto anticapitalista representado pelo bloco de nações socialistas, encabeçado pela URSS. Ao longo dos três primeiros quartis do século XX, a intensificação da atuação soviética à nível internacional resultou no avanço do bloco socialista através da vitória de diversas revoluções populares e crescimento geral da influência do marxismo-leninismo. Era necessário, portanto, que o ocidente capitalista não só garantisse a continuidade na expansão deste sistema, mas formulasse estratégias de enfrentamento direto ao “perigo vermelho” do comunismo soviético.

Dado este cenário, de alastramento do capitalismo monopolista, de um lado, e ascensão do socialismo, do outro, as grandes corporações e, por meio delas, os governos das nações centrais, passaram a exigir requisitos de “estabilidade política” para dar continuidade à cooperação econômica com a periferia. Neste contexto, surgem diversas organizações não governamentais (ONGs), representantes dos interesses das burguesias internacionais, que passam a atuar no sentido de esterilizar as pressões internas e garantir, não só a hegemonia das potências capitalistas, mas do capitalismo enquanto modelo de sociedade:

Os governos das nações hegemônicas e as organizações ou alianças ligadas à comunidade internacional de negócios desencadeiam simultaneamente (às vezes de maneira coordenada) vários tipos de projetos de assistência [...]. A função de tais projetos é diretamente política: acima de seus alvos explícitos, o que eles visam é a súbita elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas. (FERNANDES, p. 254, 1975).

Sob esta nova era do imperialismo, encabeçada pelos Estados Unidos, e viabilizada através das grandes corporações transnacionais e das organizações ideológicas burguesas, o sonho nacional-desenvolvimentista brasileiro se mostrava cada vez mais distante. Apesar de ter encontrado fôlego adicional sob o governo de Juscelino Kubitschek, que entre 1956 e 1961 buscou intensamente cumprir as diretrizes modernizantes deste projeto – a construção de Brasília é ilustrativa disto –, as bases de sustentação do modelo já demonstravam claro desgaste. No âmbito político, as massas urbanas, cada vez mais organizadas, exigiam que fossem atenuadas as desigualdades internas, propondo reconfigurações profundas nas estruturas social, política e econômica do país. As exigências incomodavam profundamente

tanto a burguesia interna, receosa em perder as bases de sua dominação, quanto a burguesia externa, que se via ameaçada pelas aspirações revolucionárias das organizações de massas. Economicamente, os desgastes referiam-se tanto a aspectos internos quanto externos. A internalização da produção de bens de capital e produtos de maior complexidade produtiva exigia técnicas, capital e escala de produção incompatíveis, naquele momento, com as possibilidades da economia brasileira. O nível de concentração e centralização do capital eram insuficientes para dar seguimento à industrialização e as desigualdades que marcavam o mercado interno o tornavam economicamente ineficaz na tarefa de dinamizar o produto da indústria.

Assim, a partir do final dos anos 1950, com as mudanças na conjuntura internacional, que desfavoreciam o modelo de industrialização por substituição de importações, e o consequente aprofundamento das contradições internas, a burguesia brasileira se mostrava cada vez menos disposta a encampar tal projeto de desenvolvimento nacional, passando a sentir-se ameaçada por este, visto que sua continuidade parecia exigir o fim da dupla articulação. Frustram-se, assim, as expectativas de que a industrialização, sob o paradigma nacional-desenvolvimentista, seria o caminho para guiar o capitalismo brasileiro sob um regime democrático burguês.

Diferente do que estava proposto sob tal paradigma, a industrialização não atenuou as desigualdades internas, sendo incapaz, por exemplo, de reverter o cenário de profunda concentração agrária, o que indicava que a modernização se encontrava limitada aos centros urbanos. Daí surge a urgência, por parte da massa trabalhadora organizada, com apoio de parte minoritária da burguesia urbana adepta ao ideário desenvolvimentista, de pôr na ordem do dia as chamadas reformas de base – principalmente a reforma agrária –, destacando a necessidade destas para integração do mercado interno e dinamização da economia nacional. Assim, o próprio desenvolvimento econômico e a modernização sob o capitalismo competitivo brasileiro colocaram em cena novos grupos sociais, que passaram a travar disputas inéditas até aquele momento, exercendo pressão no sentido de concluir o processo de revolução burguesa sobre uma base democrática e nacional. Porém, o avanço do padrão de desenvolvimento do capitalismo monopolista sobre a economia brasileira exigia a continuidade da dupla articulação e o compromisso com as estruturas sociais marcadas pelo passado colonial e, portanto, exigiam uma ofensiva burguesa no sentido de preservar esta ordem social e reafirmar sua dominação de classe.

Segundo Fernandes (1975), é justamente a partir dos anos 1950 que o Brasil passa a ser devidamente incorporado ao crescimento do capitalismo monopolista e supera sua fase de

desenvolvimento sob o capitalismo competitivo, processo do qual o autor destaca três fatores fundamentais e decisivos: A decisão externa de transformar o Brasil em uma economia monopolista dependente, que se resume na disponibilidade de mobilizar os recursos para realizar as transformações necessárias e na capacidade das empresas em implantar o padrão de crescimento da grande empresa monopolista; e a decisão interna de aderir a esta transformação e facilitá-la ativamente, abandonando o padrão de economia competitiva e, contando, a partir do golpe empresarial-militar de 1964, com uma política econômica que unificava os interesses governamentais e empresariais sob o Estado autocrático burguês estabelecido por este golpe. O papel da burguesia brasileira, ao optar pela adesão ao capitalismo monopolista e suas conseqüentes transformações, é reflexo do interesse desta classe em manter seu controle sobre os rumos da economia capitalista do Brasil, apresentando sua alternativa ao projeto nacional-desenvolvimentista. Neste sentido, Fernandes (p. 259, 1975) destaca:

A verdadeira dificuldade foi escamoteada. Ignorou-se que ela não estava nos padrões alternativos de desenvolvimento capitalista, mas na dupla articulação. Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente.

No Brasil, a “crise” da burguesia deflagrada ao final dos anos 1950 foi a expressão deste processo de rearticulação sob o mesmo plano de dominação, ou seja, renovando o compromisso com a dupla articulação. Isto ocorreu porque as burguesias urbanas (comerciais e industriais) optaram por não tomar uma posição anti-oligárquica, em nome de um projeto próprio de desenvolvimento nacional. Pois o movimento de rumar em direção à consolidação deste projeto, exigiria a diluição da dupla articulação através do próprio desenvolvimento do capitalismo, além da capacidade desta burguesia urbano-industrial de, por conta própria, ser capaz de atingir o auge da revolução industrial sob o capitalismo competitivo. O que se observou na realidade, foi o abandono da perspectiva nacional-desenvolvimentista em nome de uma ofensiva que unia a insatisfação das burguesias internacionais, da maioria da burguesia interna – liderada pelo setor agrário –, dos militares, além das camadas médias de trabalhadores urbanos. Desta forma, o que ocorreu, ao cabo, foi a conversão da burguesia agrária em ramo mais poderoso da burguesia brasileira e a demonstração da eficácia da solidariedade de classe¹³ burguesa em arrefecer os conflitos internos, alinhando os interesses

¹³ O conceito de solidariedade de classe é uma apropriação que Florestan Fernandes faz da sua leitura de Émile Durkheim, uma importante referência na sociologia e nas ciências sociais, de maneira geral.

em torno do ideário da propriedade e da iniciativa privada, guiado por uma tradição política conservadora atrelada à religiosidade cristã e ao sentimento anticomunista, reafirmados pela cultura norte-americana e ocidental. Esta aliança entre as burguesias era fundamental tanto à continuidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob sua nova fase monopolista, quanto à manutenção do domínio burguês, de modo geral.

Neste contexto, Fernandes (1975) afirma que as limitações encontradas pela burguesia brasileira, sob as condições de uma economia subdesenvolvida e dependente, não ameaçavam, de maneira autônoma, a base do poder econômico, social e político burguês. Criavam, porém, uma situação constante de desgaste que gerava “pontos fracos” em sua dominação, que poderiam ter sido atingidos caso houvesse forças antagônicas suficientemente potencializadas. Como este não foi o caso – na realidade, mesmo as forças organizadas tinham sua atuação muito limitada pela perseguição das forças do Estado –, o maior problema da burguesia era tentar “acompanhar os dinamismos econômicos e os ritmos históricos que as nações capitalistas hegemônicas transferiam para a sociedade brasileira” (FERNANDES, p. 263, 1975). A crise do poder burguês, desta forma, é na verdade uma crise de adaptação da dominação às condições econômicas criadas, em grande parte, pelo desenvolvimento capitalista induzido de fora.

A solução encontrada pela burguesia para resolver esta crise foi pela via autocrática, que se fortalecia enquanto proposta desde o início dos anos 1960, quando João Goulart, vice-presidente eleito, foi impedido de tomar posse diante da renúncia de Jânio Quadros, em 1961. A concretização veio através do golpe militar, em 1º de abril de 1964. Garantindo que não houvesse nenhuma mudança estrutural, a burguesia brasileira impôs a toda sociedade sua escolha pelo caminho do subdesenvolvimento e da dependência, ou seja, seu compromisso com a dupla articulação a todo custo. Era interessante aos grandes monopólios internacionais e aos governos dos países centrais que se mantivesse esta dominação burguesa, pela estabilidade política e econômica que esta lhes fornecia, principalmente tendo em vista o contexto internacional de disputa contra o crescimento do socialismo. Também era positivo à iniciativa privada interna aceitar a transformação decorrente desta relação, pois isto acelerou o desenvolvimento do capitalismo monopolista internamente e reafirmou a dominação burguesa.

Esta articulação do capital estrangeiro com a burguesia brasileira resultava de uma forte mobilização desta última, que não se deu contra o domínio deste capital, mas contra os trabalhadores, de maneira geral, e as suas facções organizadas, de maneira específica, que clamavam pelas reestruturações internas. A solidariedade de classe burguesa, novamente, foi

capaz de aglutinar os interesses da minoria dominante em torno do objetivo comum de defender sua dominação de classe, ainda que para tal fosse necessário quebrar com a própria ordem democrático-burguesa, vigente até então. Conclui Fernandes (p. 267, 1975):

Os requisitos políticos do desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista dependente [...], exigem um tão elevado grau de estabilidade política (pelo menos nas fases de eclosão e de consolidação, que nos é dado observar) que só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir.

Cria-se um cenário de modernização econômica e desenvolvimento do capitalismo monopolista atrelado a um Estado ditatorial burguês – ao qual Florestan Fernandes (1975) se refere como “modernização conservadora” –, diferente das tradicionais democracias liberais, vigentes nas nações hegemônicas. Ao contrário do que era proposto pelo nacional-desenvolvimentismo, o padrão de desenvolvimento sob o regime ditatorial civil-militar, contava com a dependência e o subdesenvolvimento enquanto motores do crescimento econômico e da industrialização. Os empréstimos externos, por exemplo, tornaram-se cada vez mais volumosos e frequentes, gerando ao fim do regime, em 1985, uma dívida externa que se arrastou ao longo das décadas e governos seguintes. Além disto, as reformas de base não foram feitas, e o regime era guiado por um ideário tecnocrata de desenvolvimento, que não levava em consideração a distribuição de renda e de riqueza enquanto fatores determinantes.

Portanto, no que tange ao nível alcançado pelas transformações sociais, políticas e culturais, pode-se afirmar que a eclosão do capitalismo monopolista no Brasil é mais comparável às fases anteriores de transformação do capitalismo interno do que à transição para este padrão de desenvolvimento conforme vivenciada pelas economias centrais. Isto porque ele não constrói caminho próprio, através daqueles mecanismos internos de concentração e centralização descritos no primeiro capítulo deste trabalho através das formulações de Lenin (1917). Ao contrário, o estabelecimento do capitalismo monopolista no Brasil seguiu um caminho que lhe era imposto de fora para dentro, de forma a superpor e reaproveitar as estruturas econômicas e sociais pré-estabelecidas.

Conforme a análise de Rosa Luxemburgo (1913), o imperialismo, ao alastrar o modo de produção e socialização capitalistas sobre a periferia, adaptou-se a conviver, em suas diversas fases de desenvolvimento, com as mais variadas formas de produção e socialização, justamente por serem estas as bases do processo de acumulação de capital nas regiões periféricas. Fernandes (1975), em acordo com esta visão, reforça que, assim como isto ocorreu na fase de instauração do capitalismo competitivo, a eclosão do capitalismo

monopolista no Brasil seguiu também esta lógica. Neste sentido, o capitalismo monopolista precisava dar conta de uma tarefa complexa; conciliar a dominação burguesa, tanto à nível local quanto internacionalmente, com o constante surgimento de novas contradições e pressões impostas pelo próprio aprofundamento da lógica do capital sobre a sociedade brasileira:

Para vencer, aqui como alhures, o capitalismo monopolista terá de travar a sua batalha, que não poderá ser ganha com base na violência institucionalizada e na opressão permanente. Estas demonstraram ser úteis, mas é duvidoso que sua utilidade vá além do que pode ser feito em fases de transição, durante o lapso de tempo em que ocorre o 'salto histórico'. (FERNANDES, p. 270, 1975).

De fato, ao final dos anos 1970, conforme será exposto com maior detalhamento adiante, esta estrutura de dominação burguesa, assentada sobre a concentração do poder político e a violência institucional generalizada sob um estado autocrático, mostrou sinais de esgotamento e, a partir de 1985, através do processo de “redemocratização”, as classes dominantes brasileiras selam sua opção pela via da democracia burguesa, evitando alternativas por vias revolucionárias ou de democratização radicalizada, visto que estas poderiam ameaçar a base sólida do domínio burguês, ou seja, a dupla articulação. Este movimento posterior de reabertura política a partir do relaxamento do regime autocrático burguês evidencia o caráter extraordinário do primeiro momento da eclosão do capitalismo monopolista no Brasil, ao longo dos anos 1960 e 1970, com paralelos possíveis em toda a América latina. Em todo o continente, este período foi marcado por uma série de golpes militares com posterior estabelecimento de regimes ditatoriais burgueses, amplamente apoiados política e financeiramente pelo imperialismo norte-americano.

3.2 CAPITALISMO MONOPOLISTA NO BRASIL: CONCLUSÕES SOBRE A EVOLUÇÃO QUALITATIVA DA DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

O capitalismo monopolista, ao se estabelecer através do reforço da dupla articulação, aprofundou a dependência econômica e política da economia nacional, além de ter dado continuidade e ter intensificado o subdesenvolvimento relativo da mesma. Portanto, este modelo de desenvolvimento capitalista, que possui como base de sustentação a submissão da sociedade e da economia nacional aos interesses das economias capitalistas centrais e sua burguesia, opera na contramão do desenvolvimento autônomo das economias periféricas, tanto sob a ordem capitalista, quanto, e principalmente, sob qualquer tentativa de construir modelos alternativos, que pudessem representar, de fato, os interesses da maioria da

população destes países. Desta forma, ainda mais do que sob o capitalismo competitivo, o desenvolvimento econômico brasileiro, sob o capitalismo monopolista, torna-se mero reflexo das dinâmicas e necessidades das economias centrais. Fernandes (p. 274, 1975, grifo nosso) alerta:

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um **imperialismo total**. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: ‘o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil’ (e assim por diante).

Não há, na prática, sob este cenário, uma diferença entre os interesses dos Estados Unidos (e das demais economias centrais, sob sua liderança) e os interesses da economia brasileira e latino-americana, de maneira mais ampla. Pois estas se inserem no mercado mundial enquanto subalternas aos norte-americanos, operando como “peões” em um jogo de xadrez complexo, disputado entre o ocidente capitalista e as alternativas socialistas e de base popular que surgiam ao longo do século XX. A burguesia brasileira, neste sentido, recorre ao imperialismo e ao capital estrangeiro, representado pelas empresas transnacionais, para buscar respostas às contradições originadas a partir do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro e seu modelo de modernização restrito, além de buscar apoio militar e político que legitimassem e pudessem fortalecer sua opressão, via estado militarizado, contra aqueles que se organizavam contra o jugo do capital e propunham a este um fim e a construção de alternativas populares.

A partir da compreensão dos mecanismos de reprodução e desenvolvimento próprios do capitalismo subdesenvolvido e dependente brasileiro, apresentados ao longo deste capítulo de acordo com a análise de Florestan Fernandes (1975), pode-se explorar com maior nível de detalhamento a trajetória de desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro sob o regime civil-militar, instaurado pelo golpe de 1964. Conforme será tratado ao longo do próximo capítulo, esta trajetória resulta, principalmente a partir dos anos 1980, na absorção do ideário neoliberal sob o novo regime de democracia burguesa que se estabelecia com a chamada “redemocratização”, iniciada em 1985. O neoliberalismo já pairava sobre o capitalismo mundial desde os anos 1970, quando ainda se encontrava em fase embrionária, mas é somente nos anos 1990 que o ideário neoliberal alcança seu auge no Brasil, se estabelecendo, inclusive, nas estruturas institucionais do país, que encontram diversas limitações em sua atuação até os dias atuais.

4 A CONTROVÉRSIA DO REGIME AUTOCRÁTICO AO NEOLIBERALISMO: O IMPERIALISMO E A CONTINUIDADE DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo concluir as análises dentro do recorte estabelecido. Tendo em vista os objetivos próprios do presente capítulo, optou-se por realizar uma investigação mais focada no plano interno. Porém, cabe reafirmar que esta análise está profundamente em linha com a discussão acerca do imperialismo e dos condicionantes externos da economia brasileira, que seguem sendo pano de fundo. Explora-se com maior nível de detalhes o regime autocrático burguês estabelecido a partir do golpe civil-militar de 1964 e, em seguida, dando continuidade ao processo de redemocratização, é feita uma caracterização geral da economia brasileira, operando sob influência do neoliberalismo. Surgido de maneira embrionária ainda nos anos 1970, tomando forma nos anos 1980 e atingindo seu auge ao longo dos anos 1990, o neoliberalismo se apresenta enquanto movimento de ofensiva e reafirmação do capital sob o imperialismo, em um contexto de crise do bloco socialista e estabelecimento do capitalismo enquanto sistema global hegemônico. Para os esforços de analisar o período em questão, que se estende até o início do século XXI, são utilizadas como base algumas análises contemporâneas sobre a realidade brasileira, como aquelas presentes em Netto (2014) e Fontes (2010), que pensam o período a partir do Brasil e dos movimentos da economia nacional.

Enquanto potência que passa a liderar o sistema capitalista internacional e coordenar o imperialismo após a segunda grande guerra, os Estados Unidos possuem um papel crucial no estabelecimento e na sustentação dos regimes militares na América Latina. Não só enquanto estado nacional, mas enquanto matriz das principais empresas transnacionais, que passavam a protagonizar os movimentos do capital. Foi através do suporte financeiro e do aparato político e militar norte-americano que, durante o período da ditadura civil-militar, travou-se uma guerra contra organizações políticas, movimentos sociais e toda e qualquer força minimamente antagônica à dominação burguesa tanto interna quanto à nível internacional. Muitas resistiram e seguem resistindo até os dias atuais.

Muitas das lideranças e dos militantes da base do PCB – que era, até então, principal organizador das massas – foram perseguidos, mortos e exilados, sendo o partido e suas dissidências os maiores alvos do regime; organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) são apenas alguns exemplos de inimigos públicos da ditadura civil-militar,

originados a partir de dissidências do “Partidão”, que só volta à legalidade, em 1985, extremamente deteriorado. Até mesmo o PTB, utilizado pela burguesia brasileira em momentos anteriores como base política de sustentação do desenvolvimento capitalista, foi extinto através do Ato Institucional número 2 (AI-2), em 1965.

4.1 OS LIMITES DA OFENSIVA BURGUESA: REGIME CIVIL-MILITAR E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Durante os vinte e um anos do período ditatorial, que se inicia em 1964, o governo autocrático burguês implementou, sob o modelo de desenvolvimento do capitalismo monopolista, um projeto econômico que utilizava o estado nacional, submisso aos interesses do capital estrangeiro, enquanto principal dinamizador da economia nacional, o que concorreu para a realização de diversas reformas institucionais desde o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964 e a criação de diversas empresas estatais, que eram responsáveis por modernizar seus setores de maneira consistente com estes interesses alheios. O projeto se baseava na conciliação entre a modernização das estruturas produtivas através do chamado “milagre econômico” – como ficou conhecido o período entre os anos de 1968 e 1973 – e o caráter dependente e subdesenvolvido da economia nacional. A análise de Hadler (p. 29, 2013) é útil para ilustrar esta dinâmica:

Através da tomada do poder de Estado, a burguesia dependente, associada ao imperialismo, assegura as condições da dominação e do poder burguês, assim como para completar a transição para o capitalismo monopolista, através da incorporação ao espaço econômico e sociocultural da superpotência imperialista, da penetração dos trustes internacionais e da articulação no mercado financeiro internacional, para consolidar o salto para a industrialização pesada.

A consolidação do capitalismo monopolista, sob a ditadura civil-militar, se beneficiou do controle político exercido sobre os trabalhadores, que calava suas demandas e garantia a realização das reformas necessárias à modernização do aparato estatal sem que houvesse contestação social, garantidas as máquinas de opressão e repressão estatal. Diferentemente do que formulava o nacional-desenvolvimentismo, o modelo tecnocrático adotado pela burguesia brasileira sob o regime civil-militar tinha como base a submissão ao imperialismo. O desenvolvimento das estruturas produtivas do país, neste contexto, era ditado mais diretamente a partir das necessidades das burguesias internacionais, escamoteando as transformações sociais e as reformas estruturais necessárias a um desenvolvimento mais autônomo e capaz de reduzir as profundas desigualdades internas.

O estatuto da terra, de 1964, é ilustrativo neste sentido, pois a partir de suas proposições, não só a reforma agrária foi escamoteada, como as instituições do estado passaram a ser utilizadas como meio de garantir a modernização capitalista sobre o campo, fortalecendo a burguesia agrária e as burguesias internacionais, que tinham – como continuam a ter – muito interesse em sua forma de gerenciar as terras brasileiras, conforme Netto (2014). A reforma do sistema financeiro, também em 1964 – que entre outras medidas, criou o Banco Central do Brasil – é outro exemplo fundamental. Suas inovações garantiam a modernização financeira do setor público e privado, adequando o setor às novas necessidades da burguesia local e facilitando o acesso ao mercado interno pelo capital estrangeiro. Estas medidas aprofundaram o alinhamento da economia brasileira aos ditames de Washington e ao receituário econômico do ocidente capitalista, integrando de maneira ainda mais profunda a economia nacional enquanto “sócia minoritária” do capitalismo internacional. Sob o “Imperialismo Total” (FERNANDES, 1975), ocorre uma evolução qualitativa do domínio imperialista sobre a economia nacional e sobre a periferia, de modo geral. Como consequência desta evolução, no Brasil, a dupla-articulação, mais uma vez, foi reforçada e seus mecanismos se complexificaram, tanto no âmbito das desigualdades internas, quanto em relação à dependência externa. Os níveis de concentração de renda e de endividamento externo, resultantes deste período, são ilustrativos deste movimento caracterizado pelo sociólogo como “modernização conservadora”.

Durante os três primeiros anos, sob a presidência do General Castello Branco, o maior objetivo econômico do regime, ilustrado pelo PAEG, foi a estabilização da economia e a recuperação do crescimento, estagnado durante o início dos anos 1960 por conta da instabilidade política gerada pelo período de crise do poder burguês. Já a partir de 1968, e principalmente através do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), de 1972, a economia nacional passou a experimentar um crescimento extraordinário, associada a um cenário internacional favorável, com muita oferta de crédito, e a um mercado interno mais integrado ao sistema financeiro internacional, contando com mecanismos que adaptavam a realidade brasileira às necessidades próprias do capital financeiro sob o capitalismo monopolista, descritas no primeiro capítulo deste trabalho através da explanação de Lenin (1917).

Politicamente, apesar de permear todo o regime, a repressão se intensifica a partir de 1968 através do Ato Institucional número 5 (AI-5), que concentra ainda mais o poder político nas mãos da burguesia local e dos seus apoiadores externos, restringindo as poucas liberdades democráticas que ainda restavam desde 1964. Este movimento se estende até 1974, caracterizando o período conhecido atualmente como “Anos de chumbo”, justamente por se

tratar de um momento onde a ofensiva burguesa se deu de maneira mais incisiva e violenta. Foi também a partir dos anos 1970, precisamente a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973, que a conjuntura internacional sofreu uma brutal reconfiguração, impondo uma realidade desfavorável à economia brasileira, que por conta disto passou a sofrer também desgastes internos com maior intensidade. O “milagre econômico” já mostrava sinais de esgotamento, tendo aprofundado a dependência externa da economia brasileira nos setores financeiro e industrial. De maneira complementar, a repressão gerava um ambiente interno repleto de tensões, cada vez mais difíceis de serem controladas através da violência institucionalizada.

Já a partir de 1974, sob o governo do general Ernesto Geisel, a reabertura política “lenta e gradual” já se apresentava enquanto “saída segura” para arrefecer as pressões internas sem abrir mão da dominação burguesa. Ainda no mesmo ano, o governo tentou resolver as consequências econômicas negativas do “milagre econômico” a partir do II PND. Segundo Hermann (2004), o plano, implementado no período entre 1974 e 1979, tinha como principal objetivo dar continuidade ao crescimento experimentado até o ano anterior, porém solucionando as debilidades internas e adaptando-se ao novo cenário internacional. Para tanto, a opção foi por um caminho de ajuste estrutural, ou seja, buscando resolver os impasses econômicos através do investimento nos setores vistos como pontos de vulnerabilidade da estrutura produtiva do país. A partir de 1975, o cenário internacional volta a favorecer os planos de desenvolvimento das economias periféricas em geral e, no Brasil, o mercado inundado dos chamados petrodólares (dólares americanos originados através das exportações de petróleo) possibilitou que o II PND alcançasse, em boa parte, seus objetivos centrais, em 1979. Porém, conforme aponta Netto (p. 187, 2014):

No governo Geisel, o esgotamento do “milagre econômico” não implicou o reconhecimento da exaustão do “modelo econômico” próprio da ditadura — com as opções do II PND, Geisel operou uma espécie de “fuga para a frente”: os estrangulamentos econômicos não foram solucionados, apenas adiados, empurrados para diante.

As consequências negativas do modelo adotado foram profundas e explicam, junto a outros fatores, o período de alta inflacionária inédita vivida entre a segunda metade dos anos 1980 e meados dos anos 1990, que será explorado com maior detalhamento adiante. Os problemas econômicos davam combustível às contradições políticas e disseminavam por toda sociedade brasileira a urgência pela redemocratização. Assim como no momento da crise do poder burguês que se colocava ao final dos anos 1960, era necessário que a dominação burguesa se reorganizasse. A ofensiva e o regime autocrático que se estabeleceu a partir dela

havia cumprido seu papel em reforçar a dupla articulação, garantindo a continuidade do desenvolvimento sob o capitalismo monopolista dependente e subdesenvolvido, guiado estritamente pelos interesses da minoria burguesa, que através do golpe militar, haviam sido universalizados. À esta altura, seguir com o regime autocrático poderia ter gerado desgastes mais profundos na dominação burguesa, havendo novamente o risco de se criarem vulnerabilidades indesejadas. Desta forma, a partir do governo do general João Figueiredo, iniciado em 1979, a mudança de estratégia da burguesia tomou corpo, ainda sob o regime militarizado, que gradativamente perdia as características que o faziam abertamente autocrático. A revogação dos atos institucionais, em 1978, ainda no governo Geisel, destaca-se como um dos marcos iniciais deste processo.

Quando assumiu o cargo, Figueiredo prometeu a reabertura política, numa tentativa de “reformular” o regime e devolver sua legitimidade junto às classes dominantes, garantindo a posição de poder na qual os militares haviam sido colocados. A iniciativa veio acompanhada de políticas econômicas recessivas, que buscavam corrigir as distorções internas e resolver o problema do endividamento externo, que servira de base para a política econômica tocada até então. Este último, porém, havia sido agravado pelo segundo choque do petróleo, em 1979, que fez com que o aumento dos juros internacionais pressionasse para cima o valor da dívida externa brasileira (Hermann, 2011 [2004]). As contradições econômicas e políticas se agravavam e, ao final dos anos 1970, conforme indicado anteriormente, iniciou-se um período de grande pressão das massas organizadas, principalmente do movimento sindical, no contexto das greves que tomam o ABC Paulista entre 1978 e 1980. Ainda em 1979, como consequência destas pressões, foram dados dois passos fundamentais em direção à redemocratização; a chamada “lei da anistia” e a extinção do bipartidarismo; a anistia, conforme foi executada, já apontava limitações no processo de reabertura. Se por um lado ela concedeu liberdade a presos políticos e reabriu as fronteiras aos exilados, por outro também garantiu a impunidade de torturadores e militares corruptos. Já o fim do bipartidarismo possuiu papel fundamental, junto às organizações de massas, em enfrentar o regime e pressionar pela reabertura política.

No início dos anos 1980, as políticas econômicas empregadas pelos militares mostraram-se incapazes de lidar com a nova conjuntura internacional e de fornecer solução aos impasses internos, muitos decorrentes deste cenário externo. As eleições de 1982 explicitaram o desgaste do regime, elegendo diversas lideranças contrárias ao regime para cargos eleitorais de peso, como foi o caso de Leonel Brizola, eleito governador do Rio de Janeiro. Sobre 1982, Netto (p. 206, 2014) afirma:

A campanha mobilizou o país — quando se abriram as urnas, viu-se o alto nível da participação eleitoral: o total de votos nulos não passou de 4%. O novo leque de partidos políticos (os comunistas ainda continuavam ilegalizados), a realização de alguns debates através no rádio e na televisão, mas especialmente os grandes comícios nas metrópoles e nas cidades de porte médio propiciaram à oposição enfrentar a máquina eleitoral montada pelo governo Figueiredo.

Junto a isto, o movimento iniciado com as greves se ampliou, inclusive para as massas não organizadas politicamente, se impondo cada vez mais nas ruas a partir do final de 1983 e mais intensamente em 1984, através da campanha nacional pelas “diretas já!”, que exigiu eleições diretas para o cargo de presidente da república. Por fim, as pressões culminam, em 1985, no fim da ditadura civil-militar, inaugurando o período da chamada “nova república”. Enquanto produto de uma rearticulação sob o plano da dominação burguesa, a “nova República” nasce com uma série de limitações estruturais. O regime político estabelecido a partir de 1985 era resultado de uma mudança de estratégia por parte da burguesia que, sob pressão popular liderada pelos trabalhadores organizados, passa a abrir maiores espaços à sua atuação política. Entendia-se que já não havia mais a necessidade estratégica de seguir com o modelo de dominação autocrático sob regime militar, que dava sinais de esgotamento. Ao contrário, tendo em vista o fracasso do projeto tecnocrata dos militares, após 1979, em fornecer as soluções econômicas necessárias à continuidade da dominação burguesa, era necessário achar outro caminho, que se mostrava possível sob a democracia burguesa. Porém, apesar da notável redução do aspecto militarizado do aparato estatal, as raízes das desigualdades internas e da dependência externa não foram alcançadas pelas mudanças provenientes do processo de redemocratização, que deu continuidade à dupla articulação, ainda que sob outra conjuntura do imperialismo, ou seja, sob o neoliberalismo. Conforme será exposto adiante, esta mudança estratégica, posta em prática ao longo dos anos 1980, estava também em plena sintonia com os movimentos do capitalismo internacional, ou seja, dos interesses imperialistas. Inaugurou-se um período de restauração da dominação burguesa fundamentada na exploração econômica, dispensando o uso escancarado da repressão política que vinha sendo praticada pelo aparato de Estado militarizado.

4.2 A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: REDEMOCRATIZAÇÃO E OS RUMOS DO CAPITALISMO MONOPOLISTA BRASILEIRO APÓS 1985

O período que fecha o século XX e abre o século XXI é marcado por diversas contradições no que tange ao cenário socioeconômico e político, tanto nacional quanto internacionalmente. Se por um lado a “nova república” forneceu novas possibilidades para a

organização dos trabalhadores e a formação de um estado nacional mais capacitado para combater as desigualdades fundamentais, por outro, essa reabertura se deu sob um cenário econômico de reformulação da dominação imperialista sob o chamado “neoliberalismo”. Se disseminava cada vez mais, entre as burguesias locais, um discurso econômico liberalizante, fortemente ligado à intelectualidade norte-americana. A partir deste, o estado deixava de ser visto como ferramenta central ao desenvolvimento socioeconômico, ficando esta tarefa a cargo das grandes corporações e das organizações ideológicas burguesas, que já ganhavam importância desde o fim da segunda guerra, conforme citado anteriormente. Este movimento, próprio do protagonismo exercido pelas empresas transnacionais a partir dos anos 1970, buscava apagar as fronteiras nacionais, com o objetivo de reduzir ainda mais a autonomia e a soberania das economias periféricas, conforme destaca Hadler (2013).

Fontes (2010) destaca o papel cada vez mais central que as ONGs (organizações não governamentais) passam a exercer neste período. As ONGs, ao contrário do que pode sugerir sua nomenclatura confusa e suas lideranças, não atuam de forma apartada nem da política e do meio público, nem das burguesias locais e internacionais. Sobre esse aspecto, Fontes (2010, p. 231, grifos nossos) elucida o que é central ao tratar das ONGs:

Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades através de argumentos angelicais. Previamente, portanto, lembramos que a categorização gramsciana de **aparelhos privados de hegemonia**, como a forma da organização subjacente da sociedade civil, deixa claro tratar-se de um espaço de luta social, inclusive por sua estreita relação com o Estado.

As ONGs modificam estruturalmente as formas de organização das massas, recebendo muitas vezes o suporte ideológico e financeiro das burguesias dos países centrais. Internamente, estavam comumente vinculadas a ex-exilados, entidades cristãs e, por vezes, representavam diretamente setores da burguesia local, profundamente articulada ao imperialismo. Fontes (2010) ressalta que a atuação das ONGs se dá por meio de um duplo movimento: O apagamento discursivo da relação capital/trabalho, na tentativa de apagar a própria luta de classes, é acompanhado pela proposição alternativa da agenda internacional de “combate à pobreza e às desigualdades” em abstrato, tocada a partir de iniciativas individuais. A partir desta linha de atuação, os problemas imediatos eram descolados das questões estruturais, e a solução para os mesmos passaria, inclusive, pelo afastamento de pautas que fossem além do seu horizonte imediato, propondo soluções mais profundas e de cunho estrutural. As ONGs possuem um papel fundamental no contexto que se colocava a partir da redemocratização, em 1985, pois a partir da reabertura política, as organizações populares demonstraram muita potência em pautar lutas por mudanças à nível nacional. Neste sentido,

os aparelhos privados de hegemonia, representados pelas ONGs, precisariam disputar o movimento das massas, na tentativa de redirecionar tal potência das lutas para rumos menos danosos aos interesses das burguesias locais e internacionais. Em suma, estas organizações privadas, no cenário de um recém instaurado governo democrático burguês sob constante pressão social, buscavam cumprir a função de controle político, outrora exercida pela repressão do Estado. Sob esta lógica, além das ONGs, operam outros aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa burguesa, que, conforme será exemplificado adiante, teve papel decisivo sobre as eleições presidenciais de 1989, que reinauguravam o voto direto para o cargo máximo do poder executivo brasileiro.

Cabe recapitular, portanto, antes de dar continuidade à breve caracterização do período da “nova república” (1985 a 1989), como se colocava o cenário político nacional ao fim da ditadura civil-militar. Através da repressão institucionalizada, iniciada pelo golpe de 1964 e intensificada através do AI-5, de 1968, os movimentos e partidos que atuavam como lideranças nas organizações de massas foram enfraquecidos – conforme ilustrado anteriormente pelo caso do PCB e suas dissidências – e, muitas, totalmente destruídas. Por conta disto, havia neste momento de reabertura política, um espaço aberto no seio dos movimentos de massas, em particular do sindicalismo, que precisava ser ocupado por novas lideranças e organizações que pudessem incorporar as demandas dos trabalhadores brasileiros. É neste contexto, marcado pela pressão das massas e pelo relaxamento do regime civil-militar, que surge o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. Liderado pelo mesmo metalúrgico que havia também encabeçado as greves no ABC Paulista, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o PT rapidamente se converte em força hegemônica no movimento sindical e, naturalmente, maior partido entre as massas. Na esteira deste movimento, e da ampliação da mobilização popular, em geral, a partir da campanha pelas “Diretas já”, surge também a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984, que volta a colocar em pauta a luta pela reforma agrária.

Era um momento de explosão das organizações de massas, e isto impunha forte pressão sobre as burguesias locais. A política institucional, porém, não acompanhou este movimento, e as eleições diretas para presidente, pauta que havia levado milhões de brasileiros às ruas no final de 1983 e ao longo de 1984, só viria em 1989. Isto porque, apesar da forte mobilização popular, a “Emenda Dante de Oliveira”, que reestabelecia o voto direto, não foi aprovada por falta de quórum e o primeiro presidente civil, Tancredo Neves, foi eleito por colégio eleitoral em janeiro de 1985. Sua posse, porém, não chegou a ocorrer. O presidente, que já sofria com a saúde debilitada, foi internado algumas horas antes da posse e,

apesar das sucessivas cirurgias, Neves veio a falecer em abril do mesmo ano. Quem assumiu a presidência em seu lugar, ainda em março de 1985, foi seu vice, José Sarney. Por não ter a legitimidade de um presidente democraticamente eleito, Sarney precisava se desdobrar para lidar com as forças antagônicas – representantes tanto dos movimentos populares, quanto de setores da burguesia – que compunham o governo responsável por fazer a transição democrática, ao passo que também precisava resolver os problemas econômicos que se colocavam com o fim da ditadura civil-militar.

Desde 1982, com a explosão da dívida externa mexicana, que fez com que o governo do país decretasse moratória, a situação externa das economias latino-americanas era delicada. No mesmo ano, a crise já havia afetado o Brasil, que passou a sofrer com a dívida externa, aliada à inflação crescente. O cenário não se altera no ano seguinte e, apesar do bom resultado econômico em 1984, – creditado principalmente à maxidesvalorização monetária, em 1983, à recuperação da economia norte-americana no início dos anos 1980 e aos investimentos realizados através do II PND, – a partir de 1985 a economia brasileira passou a sofrer sucessivamente com a alta inflacionária, apesar do crescimento ter sido maior do que aquele experimentado ao longo da primeira metade da década de 1980 (Barros de Castro, 2011 [2004]). Para combater a crescente inflação ao longo do período da “nova república”, foram implementados três planos de estabilização: O plano cruzado, em 1986, o plano Bresser, em 1987, e finalmente o plano Verão, em 1989. Apesar das oscilações, a tendência geral do período foi de crescimento com base na expansão das exportações – com exceção ao período do plano cruzado, de fortalecimento da produção voltada ao mercado interno –, o que também significou uma melhora nas contas internacionais. Porém, a estabilização monetária, objetivo central de ambos os planos, só foi alcançada em 1994, em um contexto internacional diferente daquele encontrado até 1989, e sob outro arranjo institucional brasileiro, que sofre diversas transformações a partir do texto constitucional que passa a vigorar em 1988.

A intensa disputa política em torno da redemocratização sob a “nova república” gerou como um dos seus principais produtos a constituição de 1988, que pretendia universalizar o acesso aos serviços básicos, combater as desigualdades e desmontar – de uma vez por todas – os resquícios burocráticos do estado militarizado. As intenções ambiciosas da chamada “Constituição cidadã”, que rege o estado brasileiro até os dias atuais, é própria de um documento elaborado por um regime de caráter democrático e sob forte pressão popular, ainda que o imperialismo e a burguesia local ainda operem este regime. As ONGs e fundações privadas burguesas, nesse sentido, atuaram de maneira a desarticular as lutas sociais, substituindo projetos de transformação social mais profunda por negociações mais recuadas e

imediatistas. Ao mesmo tempo, o discurso propagado pelas ONGs buscava reduzir a radicalidade presente na militância, que era gradativamente convertida em grupos ativistas simpáticos à filantropia e ao mercado. Após 1985 e até o início dos anos 1990 ocorreram diversas greves, que demonstravam a centralidade e a força do sindicalismo de base classista, representado pela CUT. Porém, ao longo dos anos 1980, a tentativa de cooptação dos movimentos e organizações de massas foi constante, e acompanhou o crescimento e ganho de corpo destes movimentos. Neste sentido, Fontes (2010, p. 243) aponta:

O empresariamento penetrava nas entidades sindicais, por duas vias: a) pela proximidade direta com as associações patronais (dentre as quais a Fiesp), que comungava e apoiava os propósitos de [Luiz Antonio de] Medeiros, facilitando os meios para que carresse recursos em vias da fundação ulterior da Força Sindical, explicitamente criada para combater a CUT; e b) pela conversão pragmática do sindicalismo em expressão das urgências imediatas dos trabalhadores, o que permitia encarar o próprio sindicato (e, depois, as Centrais) como “empreendimentos”.

Medeiros, citado pela autora, era visto como grande defensor do sindicalismo cooptado pelas entidades patronais e pela burguesia, em geral, e havia sido eleito à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1987. Apesar disto, o sindicalismo de base popular ainda achou espaço para se expandir, conforme observado através da atuação crescente dos sindicatos de servidores públicos, cruciais ao debate intenso acerca dos serviços públicos que norteou a elaboração da constituição de 1988. Outra importante força política que passou a atuar de maneira mais intensa neste período foram as organizações dos povos indígenas, que também cumprem importante papel no debate sobre as políticas territoriais voltadas à proteção de sua cultura e formas de vida. A atuação das massas também era pujante nos campos, onde o MST passava a cumprir o importante papel de liderar a disputa pela distribuição das terras e por uma reforma agrária que favorecesse os trabalhadores rurais.

Estas lutas foram, em boa parte, incorporadas pelo texto da “constituição cidadã”, que ganhou este apelido justamente pela amplitude dos direitos que a mesma, formalmente, passou a garantir. Desde 1985, o período militar já havia sido formalmente encerrado. Porém, a intenção de elaborar uma nova constituição, colocada já em 1985 a partir de uma emenda constitucional, ainda não havia tomado forma na institucionalidade. Tancredo Neves tinha como uma de suas principais promessas a convocação de uma assembleia constituinte, que desse conta de reformular o aparato estatal sob regime de democracia burguesa. Com o seu falecimento, em 1985, esta responsabilidade recaiu sobre seu vice, José Sarney. Assim, em 1987 foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Congresso Nacional. Finalmente,

em setembro de 1988, o Brasil passou a contar com uma constituição elaborada com participação popular, ainda que esta tenha sido limitada ao espaço da institucionalidade burguesa.

Por ser resultado de intensas lutas populares e produto de um período de “redemocratização” do Estado burguês, a constituição de 1988 se colocou enquanto um conjunto de promessas democráticas, de universalização de serviços e direitos básicos. Foi através do seu texto que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido, junto a importantes regras jurídicas que abriam, por exemplo, a possibilidade de avanços no sentido de uma reforma agrária, via leis que dispunham sobre o uso da terra e da função social que a mesma deveria cumprir. Ainda que os resultados econômicos frustrassem as expectativas de que todos os problemas seriam superados através do estabelecimento da democracia burguesa, parecia que, a partir de 1988, haveria pelo menos a garantia de uma disputa mais justa pelo Estado e pela elaboração das políticas públicas. Fontes (2010, p. 251) resume as contradições do período:

Esta não foi, portanto, uma década perdida (ALMEIDA, 2000). Alguns temas populares tornaram-se agenda obrigatória, quase senso comum no cenário social e político nacional, trazidos por essa disputa acirrada entre projetos sociais diferentes [...]

Por outro lado, simultâneo a este movimento nacional de redemocratização sob pressão popular, o capitalismo internacional já se reorganizava, desde a crise dos anos 1970 – causada pelos choques do petróleo, em 1973 e 1979 –, sob outro ideário econômico, que ia na contramão do consenso estabelecido até aquele momento de que o desenvolvimento econômico deveria ser guiado através do investimento público, ainda que fosse operacionalizado pelo mercado privado. A partir dos anos 1980, sob o que se convencionou chamar de neoliberalismo, o capital financeiro ganhou ainda mais protagonismo. Sob uma verdadeira ofensiva burguesa internacional, se fortaleceu e passou a gerenciar de maneira ainda mais direta as decisões e políticas de Estado nas economias centrais, levando para a administração pública a lógica própria da gestão privada.

O neoliberalismo, portanto, é a consolidação do imperialismo tocado a partir da iniciativa privada, ou seja, através das empresas transnacionais e aparelhos privados de hegemonia. O papel destas empresas, conforme destaca Furtado (1981), passa a ser cada vez mais central no desenvolvimento das economias capitalistas periféricas, em sua fase monopolista. As bases econômicas fundamentais do neoliberalismo estavam na irrestrita abertura comercial e financeira – com o relaxamento das fronteiras comerciais e a

liberalização dos sistemas financeiros nacionais –, e nas privatizações de empresas e setores, antes administrados pela burocracia Estatal. O presidente norte-americano Ronald Reagan e a primeira ministra britânica Margaret Thatcher são verdadeiros símbolos desta reconfiguração do capitalismo internacional e da dominação imperialista sob influência do neoliberalismo. Ambos lideraram suas nações ao longo dos anos 1980 e foram ponta de lança para o alastramento do neoliberalismo ao redor do mundo. A partir do próximo item, será explorado o papel do neoliberalismo no Brasil a partir dos anos 1990, década que marca o período de auge da atuação do neoliberalismo ao redor do mundo.

4.2.1 DA ECONOMIA NEOCOLONIAL AO CAPITALISMO MONOPOLISTA: A TRAJETÓRIA DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

O ano de 1989 marca, no Brasil, o início de um novo período de democracia burguesa, que segue em vigor até os dias atuais; realizaram-se, neste ano, as primeiras eleições diretas, já sob um novo arranjo institucional, definido pela “constituição cidadã”, de 1988. Porém, conforme indicado anteriormente, este novo período se inicia sob um contexto de imperialismo reconfigurado, operando a partir de um novo ideário. Sob o período de ascensão do neoliberalismo no Brasil, que se estende até o início do século XXI, as burguesias locais aprofundaram ainda mais seu padrão de dominação, fundamentado na dupla articulação. Este item busca, neste sentido, demonstrar o papel do neoliberalismo enquanto fio condutor do desenvolvimento capitalista brasileiro ao longo dos anos 1990, em profundo alinhamento aos acontecimentos que alteram bruscamente o cenário internacional já a partir dos anos 1980.

Neste sentido, o ano de 1989 também é simbólico, pois marca o estabelecimento do neoliberalismo enquanto movimento do capitalismo global, a partir do “Consenso de Washington”. Saad-Filho e Morais (2018) destacam quatro características complementares entre si e que definem o neoliberalismo enquanto movimento: Se apresenta como ofensiva do capital sobre o trabalho, ou seja, da burguesia sobre o restante dos grupos sociais; é um conjunto de ideias e valores no plano ideológico, inspirado em autores como Mises (1971) e Hayek (1948); é também um conjunto de políticas econômicas, baseadas no monetarismo de Friedman (1960), resultando na retirada de direitos trabalhistas e de garantias fornecidas pelo Estado e; é a atual fase do capitalismo. Esta caracterização não limita o conceito a estes aspectos de destaque, mas fornece a fundamentação necessária ao seu entendimento.

Uma vez que as formulações neoliberais se tornam hegemônicas, o sistema financeiro internacional, representado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo

Banco Mundial, passa a cumprir papel central em aprofundar a dependência econômica dos países periféricos. Esse novo movimento do imperialismo pode ser claramente observado através da chamada “crise da dívida” externa latino-americana:

O resultado desse novo cenário internacional [após o segundo choque do petróleo] foi o racionamento do crédito para os países altamente endividados — a maioria da América Latina — e a deflagração da “crise da dívida” latino-americana. Incapazes de saldar ou de refinar as elevadas despesas financeiras em dólares, esses países se viram forçados a declarar moratória da dívida externa. O primeiro deles foi o México, em agosto de 1982. À moratória mexicana seguiu-se um longo período de estancamento do fluxo de capital para os países em desenvolvimento, bem como de renegociação da dívida externa latino-americana (caso a caso), que se estendeu até o final da década de 1980. (BARROS DE CASTRO, p. 78, 2011 [2004]).

A solução fornecida pelo sistema financeiro internacional era de forte tendência neoliberal, e, em todos os casos, passava pela recomendação da austeridade e da abertura comercial e financeira tanto como meios principais de reorganização interna das economias, quanto como exigências à renegociação das dívidas. Em 1989, com muitos países periféricos ainda enfrentando profundas crises econômicas deflagradas por crises da dívida externa, o sistema financeiro internacional, através do FMI, do Banco mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, reuniu-se em Washington, sede de ambas as organizações. A reunião tinha como objetivo formular uma série de medidas econômicas tidas como básicas ao desenvolvimento das economias nacionais e gerou, como resultado, uma lista composta por dez regras básicas a serem seguidas pelas economias que buscavam alcançar o desenvolvimento econômico. As medidas formuladas a partir da reunião, tinham como base os escritos do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e passaram a funcionar, principalmente ao longo dos anos 1990, como guia universal do desenvolvimento capitalista (Fiori, 1996). No ano de 1990, as medidas foram adotadas pelo FMI como política oficial e a competição entre taxas de câmbio, a gestão austera da economia e do Estado e o incentivo à exportação passaram a fazer parte do receituário destinado aos países periféricos que passavam por dificuldades econômicas.

Dentre estes países estava o Brasil, que passava, em 1989, pelo seu primeiro processo de eleições presidenciais diretas desde 1960. A eleição, realizada em dois turnos, terminou após uma acirrada disputa no segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que resultou na vitória de Collor de Melo. O principal ativo da campanha de Lula era a militância organizada do PT e sua capacidade de guiar o movimento das massas. Ao final dos anos 1980, o partido era ponta de lança das lutas populares que marcaram a década e a tração gerada pela sua atuação junto aos movimentos sociais — principalmente o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e ao sindicalismo organizado sob a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dificultava o processo de “conversão mercantil-filantrópica da militância” operacionalizado pelas ONGs em sua atuação próxima aos movimentos populares (Fontes, 2010).

Por outro lado, a candidatura de Collor de Melo era resultado de uma conjunção de interesses em prol da continuidade da dominação burguesa e contra a mobilização dos trabalhadores. Neto de um rico senhor de engenho e filho do ex-governador e ex-senador Arnon de Mello, Collor era, além de herdeiro das velhas oligarquias, um representante das burguesias brasileiras e internacionais. O candidato do PRN incorporava o ideário neoliberal que já impregnava o ar das esferas burguesas, encampando também o discurso, predominante entre as ONGs, de combate à pobreza e às desigualdades de maneira abstrata e sem contestar as estruturas do capitalismo brasileiro. Sua campanha, portanto, se favoreceu de todo o suporte financeiro e simbólico da burguesia brasileira e suas entidades privadas, como sindicatos patronais, ONGs e veículos de imprensa – com destaque ao papel fundamental da Rede Globo¹⁴ –, profundamente articuladas com os interesses imperialistas. Após um segundo turno disputado, Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da república e, a partir de sua posse, em 1990, o Brasil mergulhou de cabeça no receituário neoliberal, conforme Fontes (2010, p. 255):

A partir da década de 1990, entretanto, as condições se alterariam de maneira substantiva. O eixo democrático e popular que predominou na década de 1980, ao ter reduzido seu impulso socializante, seria profundamente modificado. Uma democracia reduzida às estratégias limitadas e admissíveis pelo capital iniciaria seu percurso com a eleição de Collor de Melo, pela persuasão e pela truculência.

É essencial compreender que o neoliberalismo, que chega ao Brasil ainda sob o governo Sarney – via abertura comercial e financeira e início do projeto de privatizações das empresas estatais – e se estabelece como política oficial do Estado brasileiro sob o governo Collor, não se apresenta como solução temporária e restrita a um projeto político especificamente ligado ao então presidente ou ao seu antecessor. O que ocorreu, na realidade, ao longo dos anos 1990, foi o aprofundamento do complexo movimento de reconfiguração da dominação imperialista via neoliberalismo, absorvido pelas burguesias locais nas periferias como meio de perpetuar sua própria dominação no plano nacional. Neste contexto, Fontes (2010) destaca que, até o final da década de 1980, houve o predomínio de um “eixo democrático e popular” que, a partir dos anos 1990, se reverteria em um processo de

¹⁴ O documentário britânico *Beyond Citizen Kane* demonstra como a atuação do grupo midiático da Rede Globo foi decisivo para a vitória de Fernando Collor de Melo, nas eleições de 1989.

“consolidação redutora da democracia” que segue até os dias atuais, apesar de ter sofrido modificações importantes após 2002.

Este cenário reflete, além de dinâmicas próprias ao desenvolvimento do capitalismo e das lutas de classe internamente, o cenário de forte ofensiva burguesa internacional, sob o qual as eleições de 1989 ocorreram. Além da ascensão do neoliberalismo, sacralizado através do Consenso de Washington, neste mesmo ano o bloco socialista sofreu uma de suas mais importantes derrotas. Desde 1985, quando chegou ao poder, o líder soviético Mikhail Gorbachov passou a aplicar políticas que visavam, a princípio, reformar o socialismo soviético. Com as medidas econômicas, políticas e sociais – algumas de caráter abertamente liberalizante, como o abandono do planejamento central em detrimento da adesão aos mecanismos de mercado –, tomadas a partir das políticas Glasnost e Perestroika (transparência e reconstrução, respectivamente, em tradução livre), abriu-se caminho para que os países da URSS e seus aliados fossem inundados por formulações e narrativas oriundas dos países centrais do capitalismo. É neste cenário que se deflagra, em 1989, uma crise política e econômica profunda, que passa a atingir os países do Leste da Europa, associados ao socialismo soviético, culminando na famosa queda do muro de Berlin, que dividia a capital alemã. No ano seguinte, a Alemanha foi reunificada sob um Estado Federal capitalista.

Para os fins deste trabalho, o essencial é perceber que o desmantelamento do bloco socialista e o avanço do neoliberalismo foram movimentos concomitantes e complementares no sentido de fortalecer a ofensiva do capital e reafirmar a dominação capitalista sobre o mundo. A chegada de noções tipicamente neoliberais ao alto escalão do governo soviético e a conversão de Gorbachov em um socialdemocrata (Albuquerque, 2013), foram os golpes fatais que, em 1991, encerraram a experiência socialista sob a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As consequências ao redor do mundo, conforme ilustra o caso brasileiro, foram duras para as organizações populares e, principalmente, as abertamente socialistas ou comunistas. A chamada “crise do socialismo real”, neste sentido, ajudava no contínuo processo de cooptação de setores no interior dos movimentos e organizações populares, que já vinha sendo tocado ao longo dos anos 1980 pelas ONGs e demais entidades burguesas. Fontes (2010, p. 256) esclarece como isso atinge, na prática, as maiores organizações populares do país:

[...] Apoiando-me em numerosos estudos recentes [2005] sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre a Central Única de Trabalhadores, assinalei como o percurso eleitoral a partir da década de 1990 passaria a oscilar pendularmente entre processos de intensa desqualificação da política e sua requalificação rebaixada. Esta

requalificação torna-se cada vez mais pontual e esvaziada do conteúdo organizativo contra-hegemônico.

[...] Como se pode facilmente deduzir, essa espiral promove o distanciamento entre a população e o conjunto das atividades políticas, mesmo convocando regularmente essa mesma população para as eleições. O Partido dos Trabalhadores transitou de um formato no qual a organização da base popular, construindo a experiência coletiva da classe trabalhadora, era seu fulcro primordial, o que o diferenciava dos demais, para um partido similar a todos os outros, trajetória realizada ao longo da década de 1990.

Este movimento por parte das organizações populares não é uma exclusividade do Brasil e, nem mesmo, da América Latina ou da periferia capitalista. A partir da queda do muro de Berlin, em 1989 e do fim da URSS, em 1991, tornou-se ainda mais desafiador levantar a bandeira do socialismo e do comunismo. A ofensiva imperialista gerava um avanço do neoliberalismo sobre as fileiras das massas organizadas fazia com que o discurso socialdemocrata e o imediatismo se tornassem tendência. Neste sentido, Fontes (2010) destaca o papel central que a fundação da Força Sindical (FS), em 1991, cumpriu em disputar o sindicalismo. A estratégia burguesa, portanto, não era mais voltada a enfrentar diretamente a organização dos trabalhadores, mas sim a disputá-la e desmontá-la por dentro, rebaixando sua linha de atuação e seu horizonte de transformação social. Fontes (2010, p. 260) esclarece o processo:

O próprio funcionamento da aparelhagem sindical tornava-se modelar para a adequação e conformação ao neoliberalismo: procedimentos de “reengenharia” interna, demissão de funcionários, busca de eficiência e eficácia econômica (rentabilidade), agenciamento de serviços, como a venda de seguros diversos (contribuindo para dismantelar a luta pelos direitos universais), oferta de cursos pagos, preparação e adequação de mão de obra para a “empregabilidade”. Sob essa lógica, os sindicatos passariam a ser “gerenciados” [...]

O mesmo movimento também culminou na dissolução de muitos Partidos Comunistas ou sua conversão em organizações socialdemocratas no início dos anos 1990. No Brasil, houve uma tentativa frustrada, em 1992, de liquidar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), refunda-lo como organização socialdemocrata e, de fato, enterrar sua longa história de luta revolucionária junto à classe trabalhadora. Neste contexto de enfraquecimento da organização de massas, o neoliberalismo encontrou caminho aberto, fornecendo ferramental econômico, social e político às burguesias locais. No Brasil, os anos 1990 marcaram o aprofundamento do padrão de desenvolvimento sob o capitalismo monopolista e, a partir de um processo tocado via privatizações, abertura financeira e política fiscal austera, os monopólios privados foram fortalecidos e grandes corporações estrangeiras se estabeleceram no país.

As reformas implementadas no governo Collor marcaram a ruptura com os últimos resquícios do modelo de desenvolvimento tecnocrático implementado pelos militares e, através das políticas neoliberais, o estado passou a ter seu papel cada vez mais restrito a mero regulador de serviços privados. A proteção tarifária, por exemplo, foi drasticamente reduzida e o mercado interno foi reaberto às importações de diversos produtos de setores até então protegidos, como foi o caso da indústria automotiva. A partir dos planos de estabilização monetária aplicados entre 1990 e 1992, o governo tentou combater o velho problema da alta inflação brasileira, mas o resultado final foi a recessão, a perda de credibilidade no setor bancário e o profundo descontentamento popular, pois um dos principais mecanismos de ajuste monetário dos planos era o confisco das poupanças privadas.

Em 1992, após diversas denúncias e a própria revelação do seu envolvimento em um escândalo de corrupção, além das duas tentativas frustradas de estabilizar a economia nacional, Collor foi destituído de seu cargo a partir de um processo de *impeachment*. O primeiro após a redemocratização, que atingia o primeiro presidente eleito a partir do voto direto. Quem assumiu em seu lugar foi o então Vice-Presidente Itamar Franco, que deu continuidade às reformas iniciadas por seu antecessor, dando prioridade ao Plano Nacional de Desestatização (PND), e iniciou a elaboração do Plano Real, em 1994, um verdadeiro marco do neoliberalismo no Brasil. Sob o governo de Itamar Franco e as primeiras etapas rumo à estabilização, o PIB brasileiro voltou a crescer, após sucessivas quedas entre 1990 e 1992. O Plano Real tinha como principal objetivo a estabilização monetária e, para tanto, promoveu a desindexação da economia e determinou o lançamento de uma nova moeda. A transição para o real, porém, seria gradual e, neste esforço, veio primeiro a tentativa de ajuste fiscal com o Plano de Ação Imediata do Governo. Em seguida, foi instituída a Unidade Real de Valor (URV), acompanhada de regras de conversão e uso para os valores monetários e, por fim, foi criada a moeda real (Barros de Castro, 2011 [2004]). Estavam postas as bases para a aplicação do Plano Real, que só ocorre integralmente sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), apesar de seu sucesso em desacelerar a inflação, garantindo a estabilização monetária já a partir de 1994.

Em 1993, Cardoso tornou-se Ministro da Fazenda e havia sido, portanto, responsável pelo Plano Real, o que lhe foi útil no processo eleitoral de 1994, quando enfrentou Lula, do PT, no segundo turno. Sob o governo FHC, que se estabeleceu a partir de mais uma derrota eleitoral do PT, a tendência neoliberal iniciada sob Collor e mantida por Itamar Franco não só é continuada como se aprofunda. A partir de 1995, junto à implementação do plano real, o governo passa a acelerar o ritmo das privatizações, que aliadas às altas taxas de juros

praticadas internamente, tinham como objetivo tornar a economia brasileira atrativa ao capital estrangeiro, principalmente àqueles provenientes do centro do sistema capitalista. Pode-se afirmar que o governo FHC era a aplicação prática do projeto de desenvolvimento dependente e associado ao movimento do capital internacional, já esboçado pelo então presidente em seu livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, escrito em colaboração com Enzo Falleto, em 1970. A opção por este caminho enterrou de vez o antigo modelo de crescimento brasileiro, fundamentado na substituição de importações.

Havia uma enorme expectativa por parte da burguesia local sobre o governo de Cardoso, que se iniciava em 1995 com a missão de estabilizar a economia e dar credibilidade ao Estado democrático burguês, visto que o primeiro presidente eleito pelo voto direto, Collor de Melo, não havia terminado seu mandato devido às múltiplas controvérsias associadas ao seu governo. Apesar de ter estabilizado a economia já em 1994, o trauma gerado pelas tentativas anteriores de estabilização gerava uma desconfiança geral sobre o Plano Real, ainda em fase de implementação. Entre 1995 e 1998, sob o primeiro mandato de FHC, o plano conseguiu ser implementado e cumpriu com sua principal função; a estabilização monetária. Porém, o preço desta estabilização foi o desequilíbrio externo e a crise fiscal, que marcaram o período. O primeiro aspecto pode ser explicado, em boa parte, pelo desequilíbrio na balança comercial; com a estabilização, houve também uma forte apreciação do câmbio e um aumento geral do consumo, o que gerou, entre 1995 e 1997, um aumento extraordinário das importações, ao passo que as exportações caíram ao longo do período. Sobre o segundo aspecto, cabe lembrar que o óleo que girava as engrenagens do Plano Real era a austeridade, uma das bases da política econômica neoliberal. Sob esta ótica, era necessário financiar a estabilização e, para isso, o governo contava principalmente com o financiamento externo, mas também com o financiamento interno. As privatizações, neste contexto, seriam a fonte tanto de adquirir receitas internamente, quanto de atrair capital estrangeiro, juntando-se às altas taxas de juros neste esforço (Barros de Castro, 2011 [2004]).

Em 1998, ano em que ocorreriam novas eleições, o cenário econômico era favorável, apesar da situação fiscal e das contas externas, e Cardoso havia conseguido terminar seu mandato de maneira estável, politicamente, reforçando o apoio da burguesia local e boa parte das massas, o que pode ser explicado, ao menos em parte, pelo rebaixamento da linha política que vinha sendo adotada pelas principais organizações populares do país – notoriamente o PT e a CUT –, enfraquecidas pelas disputas internas e em decorrência da queda da URSS e a crise que o evento havia causado no pensamento socialista. Através de uma emenda, aprovada

em 1997, as regras eleitorais haviam mudado para as eleições do ano seguinte e, a partir da mesma, a reeleição passou a ser permitida, o que favoreceu FHC, que não só pôde disputar o pleito como saiu vitorioso, derrotando mais uma vez o PT no segundo turno.

Em geral, o período entre 1999 e 2002 foi marcado por um bom desempenho econômico, com exceção de 2001, ano em que ocorreu uma forte crise energética. Neste sentido, o segundo mandato de FHC foi complementar ao primeiro, e tinha como principais objetivos realizar os ajustes necessários para resolver as contradições do Plano Real e dar seguimento ao projeto neoliberal. Em 1999 o Plano Real sofre sua última reconfiguração, com a adoção do câmbio flutuante, que buscava resolver o problema do desequilíbrio externo. Junto à esta medida e, após um período marcado por três crises no mercado internacional, que se inicia no final de 1994 e se estende até 1998, o governo brasileiro recorreu ao FMI em busca de financiamento. O Fundo acatou o pedido e estabeleceu, como contrapartida, metas fiscais que deveriam ser alcançadas pelo governo. A exigência estava em linha com a adoção, por parte do FMI, do consenso de Washington como política oficial e, junto às próprias exigências da burguesia local, atuaram no sentido de intensificar o caráter neoliberal do governo FHC.

Na segunda metade dos anos 1990, portanto, a reconfiguração da dominação burguesa se consolidou sob o paradigma neoliberal, reafirmando o papel do imperialismo sobre as dinâmicas do capitalismo monopolista brasileiro. Sob os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, foram feitas as reformas que forneciam a base econômica e institucional que garantiu este processo. Destaca-se, neste sentido: As privatizações; o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações; a reforma (parcial) da Previdência Social; a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000; o ajuste fiscal (regime de metas inflação), a partir de 1999; a criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública e; o estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária (Barros de Castro, 2011 [2004]).

O arranjo institucional, deixado pelas reformas realizadas entre 1994 e 2002, estabeleceu no Brasil uma estrutura extremamente restrita e alinhada às regras de “gerenciamento” da economia nacional ditadas pelo Consenso de Washington. Isto garante, até os dias atuais, que qualquer governo, seja qual for sua orientação político-ideológica, seja incapaz de propor transformações profundas nas políticas econômicas sem esbarrar em restrições e imposições legais. Amarrações institucionais como a chamada “regra de ouro” da política fiscal, sob a qual o estado não deve gastar mais do que arrecada, ou o teto de gastos, imposto a partir de 2016, ilustram que o neoliberalismo ainda rege o capitalismo brasileiro

atual e, inclusive, segue em movimento de ofensiva. Na prática, essas estruturas limitam a participação popular nas decisões centrais sobre os rumos do país e da economia nacional, garantindo que estas decisões estejam continuamente restritas às burguesias brasileiras, que atuam como subalternas das burguesias dos países centrais.

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL NEOLIBERAL E A RENOVAÇÃO DA DOMINAÇÃO IMPERIALISTA: CONCLUSÕES SOBRE O PERÍODO

Seguindo a tendência iniciada ainda nos anos 1970, o imperialismo, na última década do século XX, se reinventa sob o ideário neoliberal. Sua dominação sobre a periferia ganha novos contornos, mais sutis, porém mais incisivos em sua atuação, que passa a ser liderada pelas empresas transnacionais e aparelhos privados de hegemonia. No Brasil dos anos 1990, este fenômeno está associado a uma intensificação no processo de concentração de capitais, característico do padrão de desenvolvimento sob o capitalismo monopolista, mas que alcança um novo patamar no período. Este processo, que também contava com a participação de capitais estrangeiros, exigiu uma reconfiguração das burguesias brasileiras, que resultou no protagonismo do capital financeiro, “associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários, que tiveram enorme crescimento na década” (FONTES, 2010, p. 258).

Neste contexto, a partir dos interesses das classes dominantes do país, adotando o receituário prescrito pelo imperialismo através do neoliberalismo, o regime estabelecido em 1985 se afastou cada vez mais de uma democracia ampliada, capaz de quebrar com a dupla articulação, para se consolidar enquanto uma democracia burguesa, que tem como principal objetivo o gerenciamento dos conflitos entre classes em prol da continuação da dominação burguesa e da manutenção do caráter dependente e subdesenvolvido da economia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado na introdução deste trabalho, o objetivo inicial da pesquisa era de realizar uma análise da atuação do imperialismo nos dias atuais, ou seja, no século XXI. Porém, ao longo de sua elaboração, ficou clara a necessidade de empregar maior quantidade de tempo e esforço para investigar o fenômeno do neoliberalismo e o que sua ascensão representa para o estudo do imperialismo. O que buscou se demonstrar, ao longo do último capítulo deste trabalho, é que não se trata de uma nova etapa capitalista, superior à etapa imperialista. Na verdade, trata-se de um complexo movimento de rearticulação da dominação burguesa e imperialista e, desta forma, chega-se a uma resposta sobre o questionamento colocado pela introdução deste trabalho; o neoliberalismo pode ser entendido como fenômeno complementar, que aprofunda o imperialismo e o renova.

Apesar da alteração profunda quanto aos objetivos iniciais, um daqueles se manteve e guiou a elaboração da pesquisa; conforme tentou-se demonstrar, o conceito de imperialismo, apesar de ter perdido popularidade na academia ao longo dos anos 1990, ainda é central para explicar as dinâmicas do capitalismo mundial a partir do final do século XIX. Uma prova disto é que o conceito persistiu e se mostra presente nos escritos acadêmicos recentes, dos quais muitos serviram de referência para este trabalho, como é o caso das obras de Fontes (2010), Hadler (2013), Netto (2014) e Correa Prado (2015), todas escritas ao longo dos últimos doze anos. A análise do imperialismo, presente em maior ou menor grau em todas estas obras, demonstram que a compreensão de suas dinâmicas ainda é indispensável a qualquer análise política, econômica ou sociológica que se faça do capitalismo, não só ao longo da história recente, mas também nos dias atuais.

É justamente por compreender isto, que esta monografia utiliza o papel do imperialismo como eixo principal que conecta todas as análises utilizadas como referência ao debate aqui proposto. As análises de Rosa Luxemburgo (1913) e Lenin (1917) foram colocadas de maneira complementar, sem que se escamoteasse suas diferenças. Estas contribuições, porém, seriam insuficientes para analisar o contexto de formação do capitalismo brasileiro, que guarda peculiaridades próprias. Para compreendê-las, buscou-se a perspectiva de Florestan Fernandes (1975). Neste processo, as compatibilidades entre as análises de Fernandes e Luxemburgo conferiram maior solidez ao conteúdo, sem que as formulações de Lenin, que atravessam todo o texto, fossem abandonadas.

Por meio desta investigação, apoiada sobre uma rica base teórica e material, foi possível explicitar de que maneira o imperialismo, movimento próprio do capitalismo

monopolista das economias hegemônicas, atuando sobre a periferia do sistema, procurou reforçar o poder das classes dominantes locais, cooptando-as e transformando-as em sócias menores do capitalismo mundial, nas palavras de Caio Prado Jr. No Brasil, este processo, que já havia sido observado de maneira geral, por Rosa Luxemburgo, se dá por meio do aprofundamento do caráter duplamente articulado do capitalismo brasileiro, que está assentado sobre a segregação social, causada pela forma como interagem os setores agrários e urbanos, e que, simultaneamente, depende das burguesias do centro do sistema capitalista para garantir sua dominação e a continuidade dos seus privilégios.

A dupla-articulação é a chave para compreensão das dinâmicas do capitalismo brasileiro sob influencia imperialista e, por conta disto, aparece em diversos momentos ao longo do texto, quando são analisados os diversos acontecimentos históricos que o reforçaram ao longo do século XX. O auge do processo é o neoliberalismo, que chega ao Brasil no final dos anos 1980 e consolida, mais uma vez, a dominação burguesa e o capitalismo dependente, frustrando as expectativas democráticas que se criavam desde o final dos anos 1970, ainda sob a ditadura civil-militar. Reorganizada a partir do ideário neoliberal, a dominação imperialista ganha novo fôlego, e inaugura um período, que se estende até os dias atuais, de dominação do capital em novo patamar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. R. **Perestroika em curso**: uma análise da evolução do pensamento político e econômico de Gorbachev (1984-1991). 2015. 265 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29092015-151257/pt-br.php>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BEYOND Citizen Kane. Direção de Simon Hartog/Produção de John Ellis. Londres: Channel 4, 1993. 1 DVD (105 min.)
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. *In*: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A CAIXA, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal, 2011. p. 15-22. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201109261231420.LivroCAIXA_C_0_15.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.
- CASTRO, L. B. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). *In*: GIAMBIAGI F. *et. al.* (org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 97-131
- CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: a Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). *In*: GIAMBIAGI F. *et. al.* (org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 131-165
- CURTY, Carla.; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: MALTA, Maria. *et al.* (org.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 95-133.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERREIRA, Muniz. “Segurança nacional” e anticomunismo: a repressão ao PCB. **PCB - Partido Comunista Brasileiro**, 2021. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/28072>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- FIORI, J. L. O Consenso de Washington. *In*: CONSENSO DE WASHINGTON, CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NEOLIBERAL E POLÍTICAS PARA A AMÉRICA LATINA, 1996, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: FEBRAE, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm. Acesso em: 16 abr. 2022.
- FONSECA, P. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 138-153, jan./mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/P6bBLKbsJYnc3hT33thrc9S/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2022.

FONTES, Virginia. **Imperialismo, fase superior do capitalismo (Lenin)**. Trecho de entrevista concedida a Arthur Moura e Lucas Santiago Mattos para a web-série "Marxismo em Foco". Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=icLfTp3IMjo&t=1644s>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. Estado e Empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, jan./mar. 1981. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311220160.estados_e_empresas_transnacionais.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI F. *et. al.* (org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 165-197

HADLER, J. P. **Dependência e Superexploração: os limites das interpretações de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente**. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI F. *et. al.* (org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 73-97

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOVELER, Rejane. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [s. l.], v. 4, n. 5, p. 145-159, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792>. Acesso em: 18 abr. 2022.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEÓN, Jaime. **Resistência às mudanças sociais: uma visão crítica da democracia brasileira**. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2019/Jaime%20Ernesto%20Winter%20Hughes%20León.pdf>. Acessado em: 23 abr. 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política livro II: O Processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira**: (1964-1985). Cortez. 2014

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2015/Fernando%20Correa%20Prado.pdf>. Acessado em 04 abr. 2022.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

RESENDE, A. L. Estabilização e reforma 1964-67. *In*: ABREU, M. P. (org.). **A Ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231.

TEIXEIRA, Aloísio. Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. *In*: MALTA, Maria. *et al.* (org.). **Ecoss do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. p. 329-353